



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS - ESPANHOL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM
LETRAS/ESPANHOL

ELIJHONE PORFIRIO VICENTE DA SILVA

**Uma análise do Componente Curricular *Protagonismo Juvenil* nas Escolas
Cidadãs Integrais: implicações para a formação de professores de espanhol no
Estado da Paraíba**

João Pessoa

2024

ELIJHONE PORFIRIO VICENTE DA SILVA

**Uma análise do Componente Curricular *Protagonismo Juvenil* nas Escolas
Cidadãs Integrais: implicações para a formação de professores de espanhol no
Estado da Paraíba**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Letras Espanhol da Universidade
Federal da Paraíba (UFPB), como requisito
parcial para obtenção do título de Licenciado
em Letras Espanhol.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Betânia Passos
Medrado

João Pessoa

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586a Silva, Elijhone Porfirio Vicente da.

Uma análise do componente curricular protagonismo juvenil nas escolas cidadãs integrais : implicações para a formação de professores de espanhol no estado da Paraíba. / Elijhone Porfirio Vicente da Silva. - João Pessoa, 2024.

72 f. : il.

Orientadora : Betânia Passos Medrado.

TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências, Letras e Artes, 2024.

1. Protagonismo Juvenil. 2. Prescrições. 3. Formação de professores de língua espanhola. 4. Escola Cidadã Integral. I. Medrado, Betânia Passos. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 37:811.134.2

ELIJHONE PORFIRIO VICENTE DA SILVA

**Uma análise do Componente Curricular *Protagonismo Juvenil* nas Escolas
Cidadãos Integrais: implicações para a formação de professores de espanhol no
Estado da Paraíba**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Letras Espanhol da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras Espanhol.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Betânia Passos Medrado

Aprovado em 30 / 04 / 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Betânia Passos Medrado (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a Dr.^a. Ana Berenice Peres Martorelli (Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a Dr.^a. Carolina Gomes da Silva (Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a Dr.^a. Andrea Silva Ponte (Examinadora Suplente)
Universidade Federal da Paraíba

“[...] saber estabelecer uma relação com os alunos é mais importante do que saber estabelecer uma relação com os especialistas.”

Tardif (2014)

AGRADECIMENTOS

À minha avó Maria das Graças, de quem tenho muito orgulho de ser neto e filho, que me inspira, me motiva e sempre se fez presente em minha vida. Aos meus pais Eliane e João Batista que sempre acreditaram em mim e me deram o suporte necessário para seguir no curso e persistir em meio aos desafios durante minha formação acadêmica. Aos três agradeço por cada ensinamento, energia positiva e sacrifícios que fizeram para que eu chegasse até aqui.

Ao meu tio Elivaldo, professor e transformador, que sempre me apoiou. Ao meu irmão Elian, que sempre esteve ao meu lado. Às minhas tias Elineide e Francilene por todo carinho e apoio. E aos demais familiares, que sempre torceram por mim e me incentivaram a seguir meus sonhos.

À minha confidente e amiga Laryssa, que desde o primeiro dia na graduação se fez presente em todos os momentos bons e ruins na minha vida. José, meu amigo e companheiro, que durante a construção deste trabalho sempre me apoiou.

A todos os meus amigos e colegas que a vida me presenteou. Algumas amizades presentes desde antes da graduação e algumas construídas durante. O meu muito obrigado a todos que se fizeram presentes e cuidaram da nossa amizade com tanto carinho, acreditaram em mim e me ajudaram a seguir em meio a tantas adversidades.

À professora Betânia Passos, uma inspiração para mim, quem sempre admirei e tive a honra de tê-la como orientadora neste trabalho. Seja nas aulas ou nas orientações do TCC sempre foi atenciosa, prestativa e sensível. Muito obrigado professora, por despertar em mim (direta/indiretamente) o interesse pela área da Educação e Formação de Professores. Você é luz e seu trabalho é lindo!

Às professoras Andrea Ponte, Ana Berenice e Carolina Gomes que desde as aulas de língua sempre foram um exemplo de profissionais para mim. As duas últimas que me apoiaram e me motivaram durante o PIBID e os desafios ao longo da graduação, meu muito obrigado por tanto carinho e consideração. Muito obrigado por aceitarem o convite e estarem em um momento tão importante na minha vida. É um

privilégio tê-las em minha banca examinadora. Vocês são incríveis, quero ser igual vocês quando crescer. Gostaria de agradecer também aos demais professores que contribuíram para minha formação.

*“I had my ups and downs; But I always find
the inner strength to cool myself off; I was
served lemons, but I made lemonade”*

Beyoncé

RESUMO

O presente trabalho busca analisar os documentos que regulamentam o modelo de ensino integral na Paraíba, a fim de responder de que maneira o componente implantado nas escolas pode impactar na formação de professores de Letras Espanhol na Paraíba. Para tal finalidade, revisitamos as leis e os documentos que regulamentam a formação de professores no Brasil e no Estado da Paraíba, além de investigar o cenário atual de professores de Língua Espanhola nas Escolas Cidadãs Integrais e Técnicas. Desta forma, discutimos sobre o perfil do professor exigido no componente curricular Protagonismo Juvenil, prescrito nas Diretrizes Operacionais, e analisamos a Sequência Didática proposta à luz do conceito de prescrição de Machado (2007), Amigues (2004) e Tardif (2014). Esta pesquisa é de cunho documental e de natureza qualitativa por se tratar de uma análise crítica dos documentos supracitados. Ao final da investigação, foi possível constatar que as prescrições presentes nos documentos se distanciam substancialmente da realidade da sala de aula, uma vez que definem o fazer docente como um procedimento a ser seguido.

Palavras-chave: Protagonismo Juvenil, Prescrições, V, Escola Cidadã Integral.

RESUMEN

El presente trabajo busca analizar los documentos que regulan el modelo de enseñanza integral en Paraíba, a fin de responder de qué manera el componente implantado en las escuelas puede impactar en la formación de profesores de Letras Español en Paraíba. Para tal fin, revisamos las leyes y los documentos que regulan la formación de profesores en Brasil y en el Estado de Paraíba, además de investigar el escenario actual de profesores de Lengua Española en las Escuelas Ciudadanas Integrales y Técnicas. De esta forma, discutimos sobre el perfil del profesor requerido en el componente curricular Protagonismo Juvenil, prescrito en las Directrices Operacionales, y analizamos la Secuencia Didáctica propuesta a la luz del concepto de prescripción de Machado (2007), Amigues (2004) y Tardif (2014). Esta investigación es de cuño documental y de naturaleza cualitativa por tratarse de un análisis crítico de los documentos antes citados. Al final de la investigación, se pudo constatar que las prescripciones presentes en los documentos se distancian sustancialmente de la realidad del aula, ya que definen la práctica docente como un procedimiento a seguir.

Palabras clave: Protagonismo Juvenil, Prescripciones, Formación de Profesores de Lengua Española, Escuela Ciudadana Integral.

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Metodologias de Êxito nas Diretrizes Operacionais	61
Anexo 2: Encontro Educativo 1 -Componente Curricular Protagonismo Juvenil	65
Anexo 3: Avaliação em Foco do Componente Curricular Protagonismo Juvenil	70

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Sumário das Sequências Didáticas Juvenil	39
Imagem 2: Sumário das Diretrizes Operacionais	40
Imagem 3: GPS das Sequências Didáticas	43
Imagem 4: O Perfil do Professor de PJ nas Diretrizes Operacionais	45
Imagem 5: Materiais para o professor aplicar na aula de PJ	49
Imagem 6: Objetivo e habilidades desenvolvidas	50
Imagem 7: Conclusão e tempo estabelecido no Encontro Educativo	51
Imagem 8: Diário de Bordo	53

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

BNC-FORMAÇÃO – Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica

CEEI – Comissão Executiva de Educação Integral

ECI – Escola Cidadã Integral

ECIT – Escola Cidadã Integral Técnica

EM – Ensino Médio

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LE – Língua Espanhola

OCEM – Orientações Curriculares para o Ensino Médio

PCNEM – Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio

PJ – Protagonismo Juvenil

SEE-PB – Secretaria de Educação do Estado da Paraíba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA ESPANHOLA, TRABALHO DOCENTE E <i>PROTAGONISMO JUVENIL</i>: INTERRELAÇÕES DE SABERES	17
2.1 Políticas públicas para a formação de professores no Brasil	17
2.2 O ensino de Língua Espanhola e seus desdobramentos na Educação Básica no Estado da Paraíba	22
2.3 As Escolas Cidadãs Integrais e as Escolas Cidadãs Integrais Técnicas no Estado da Paraíba	26
2.3.1 O componente curricular <i>Protagonismo Juvenil</i> nas Escolas Cidadãs Integrais	28
2.3.2 <i>Protagonismo Juvenil</i> e a Educação Básica: demandas atuais	29
2.4 A atividade do professor: uma atividade instrumentada e direcionada	30
2.4.1 O Saber profissional nas práticas docentes	33
2.4.2 Entre o prescrito e o realizável	34
3. PERCURSO METODOLÓGICO: DA NATUREZA AO OBJETO DE PESQUISA	37
3.1 Natureza da pesquisa	37
3.2 <i>Corpus</i> da pesquisa	38
3.3 Procedimentos e categorias de análises	40
4. DO PRESCRITO AO REALIZÁVEL: REFLEXÕES SOBRE OS DOCUMENTOS QUE ORIENTAM O TRABALHO DO PROFESSOR NO COMPONENTE <i>PROTAGONISMO JUVENIL</i>	42
4.1 O Protagonismo Juvenil: do GPS ao perfil do professor	42
4.2 Do prescrito nas aulas ao realizável	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	58
ANEXOS	61

1. INTRODUÇÃO

O interesse deste pesquisador pela discussão acerca da formação de professores de Língua Espanhola (LE) e, em especial, pelo componente curricular Protagonismo Juvenil (PJ), foi despertado durante as aulas de Estágio Supervisionado III, ministradas pela professora orientadora desta pesquisa, quando discutíamos o ensino de línguas estrangeiras na Educação Básica.

Ao refletirmos sobre o ensino de espanhol e a formação de novos professores para atuar com esse componente curricular, não podíamos deixar de considerar o cenário atual da Língua Espanhola; as novas demandas atribuídas aos professores de LE nas Escolas Cidadãs Integrais (ECI) e Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECIT); e, principalmente, as Diretrizes Operacionais do modelo integral para a formação desses profissionais para que atuem nessas escolas, lecionando a disciplina de PJ. Essas discussões durante as aulas fizeram com que nós buscássemos mais informações sobre o trabalho do professor de LE nas ECI e ECIT, tendo em vista que o ensino integral vem crescendo cada dia mais no Estado da Paraíba.

Esse modelo foi adquirido pelo Estado da Paraíba – conforme consta nas orientações para o Novo Ensino Médio de 2017–, que implementou a modalidade para a Educação Básica, e se fundamenta em uma formação integral do estudante, ou seja, forma-o não só com saberes disciplinares, mas também, para a sociedade e o trabalho, com o objetivo de criar jovens autônomos e críticos. Com as recentes demandas do Novo Ensino Médio, também foram implantados os componentes curriculares da base diversificada para desenvolverem nos alunos competências e habilidades exigidas pela sociedade atual (Paraíba, 2023).

Assim, as ECI e ECIT têm, dentre os seus componentes curriculares, o Projeto de Vida, as Eletivas e o Protagonismo Juvenil, sendo este último uma disciplina que visa promover espaços para que os estudantes não sejam apenas receptores de conhecimento, mas, sim, jovens prontos para enfrentar os desafios do século XXI, como mencionam as Sequências Didáticas do Componente Curricular PJ para a 1ª série do Ensino Médio (Paraíba, 2022).

Durante a análise desses documentos – Diretrizes Operacionais e Sequências Didáticas¹ –, o componente curricular PJ nos trouxe algumas inquietações, principalmente no que diz respeito às prescrições atribuídas aos professores, nesse caso, professores de LE. Pois, como discutiremos nos capítulos seguintes, as disciplinas da base diversificada são atribuídas aos docentes que possuem uma menor carga horária na grade curricular, nesse caso, recaem também aos professores de língua espanhola, com apenas uma aula na semana. No intento de complementar sua carga horária na rede pública de ensino, esses professores ministram o referido componente curricular.

Essa inquietação nos levou a uma pergunta que responderemos neste trabalho: *de que maneira o componente curricular PJ pode impactar a formação de professores de Letras Espanhol no Estado da Paraíba?* Para responder a esta pergunta, temos como objetivo geral *investigar a proposta do componente curricular Protagonismo Juvenil nas Diretrizes das ECI e ECIT do ano de 2023 e as Sequências Didáticas do componente curricular PJ, a fim de analisarmos suas implicações na formação de professores de Língua Espanhola (LE)*. Desdobraremos o objetivo geral nos seguintes objetivos específicos i.) discutir o perfil do professor do componente curricular prescrito nas Diretrizes das ECIT e ECIT 2023 e, por fim, ii.) analisar a Sequência Didática proposta a luz do conceito de prescrição.

Tendo em vista a escassez de pesquisas e discussões sobre tal tema, consideramos que o componente curricular PJ é um excelente exemplo para entender como é pensada a formação – inicial e continuada – de professores no Estado da Paraíba, já que os documentos que orientam o componente prescrevem desde como devem ser os perfis de professores para ministrar as aulas até como essas têm que ocorrer, apontando quais reflexões e atividades serão realizadas. Ressaltamos que é um grande desafio garantir, na licenciatura, a partir de um componente curricular, o desenvolvimento de professores que sejam capazes de “[...] desenvolver jovens autônomos(as), solidários(as) e competentes, atores(atrizes) e sujeitos(as) da própria ação, preparados(as) para buscar soluções de problemas reais” (Paraíba, 2023, p. 12).

¹ Iremos nos referir ao documento intitulado de “Sequências Didáticas do componente curricular Protagonismo Juvenil – da heteronomia à autonomia: Para a 1ª Série do Ensino Médio” apenas como “Sequências Didáticas” devido à nomenclatura extensa do documento.

No contexto atual, sabendo que o componente já é lecionado nas escolas, cabem as instituições e a Secretaria de Educação do Estado (SEE-PB) fornecerem uma formação continuada para esses professores que ministram a disciplina. Neste caso, a SEE-PB disponibiliza a Sequência Didática do Componente Curricular PJ (2022), com aulas previamente estruturadas para o desenvolvimento do protagonismo dos alunos.

Neste sentido, em busca de compreendermos melhor essas inquietações, selecionamos como aporte teórico autores (as) que discutem a formação de professores, a atividade profissional e que abordam os conceitos de trabalho ao longo do tempo. No que concerne à atividade do professor traremos Machado (2007) e Amigues (2004), que debatem mais especificamente sobre o trabalho do professor; suas tarefas e atividades; e o que é prescrito a ele. Esses também debatem a tensão entre o que está prescrito e o que realmente acontece, de fato, na sala de aula, assim como, o que acaba não sendo realizado.

Além disso, é importante que o professor associe as teorias às práticas para que assim construa seu *fazer* profissional, produzindo *saberes* específicos da sua profissão. Nesse sentido, buscamos também as concepções de Tardif (2014) e os conceitos de saberes docentes para fundamentar nossas reflexões.

Este Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em quatro capítulos, sendo este o capítulo um, em que tratamos de introduzir a motivação para a pesquisa, a pergunta, os objetivos – geral e específicos – e o referencial teórico que a fundamenta. No segundo capítulo, abordamos quais os desdobramentos da formação de professores no Brasil nos principais documentos e leis que regem a Educação, como também ocorreu a implantação da LE e como esta foi implantada no Ensino Médio (EM) na Paraíba, e entender de que forma as ECI e ECIT funcionam no Estado. Por fim, no capítulo II, discutiremos como alguns documentos prescrevem como o componente PJ deve ser trabalhado nessas escolas e as implicações disso para o trabalho do professor.

No capítulo III, apresentaremos questões referentes à natureza da pesquisa, ao *corpus* e às categorias de análise que utilizamos para interpretar e discutir os documentos. No capítulo IV, iremos analisar e discutir os documentos e de que maneira os pontos que expomos no Capítulo II – as prescrições e o trabalho dos

professores de LE – se relacionam e estão presentes nos documentos. Em seguida, traremos nossas considerações finais e, por fim, as referências que utilizamos neste trabalho e os anexos.

2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA ESPANHOLA, TRABALHO DOCENTE E O *PROTAGONISMO JUVENIL*: INTERRELAÇÕES DE SABERES

Neste capítulo discorreremos acerca da formação de professores de Língua Espanhola (LE) no Brasil, mais especificamente, no Estado da Paraíba e os principais marcos legislativos para essa formação. Discutiremos, brevemente, sobre o ensino da LE na Paraíba e apresentaremos o novo modelo de ensino integral que foi implantado do Estado da Paraíba após a Reforma do EM e, por conseguinte, como o componente curricular o Protagonismo Juvenil (PJ) foi posto como disciplina obrigatória na base diversificada do currículo. E, por fim, buscaremos problematizar de que modo esse componente e suas prescrições impactam a formação de professores de LE na Paraíba.

2.1 Políticas públicas para a formação de professores no Brasil

Nos últimos anos, diversas mudanças ocorreram nas políticas educacionais brasileiras, visto que essas sempre foram voltadas aos interesses da época na qual o Brasil estava inserido econômica, política e socialmente. Consequentemente, os professores, como principais mediadores do processo de ensino-aprendizagem, também estão suscetíveis às constantes demandas, e faz-se necessário uma formação profissional e uma legislação para regulamentar suas práticas.

Nesse sentido, a Educação foi regulamentada e direcionada ao mercado até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1971, que tinha como objetivo formar os indivíduos para impulsionar o mercado industrial, pois era o que movia a economia naquele momento. Posteriormente, a LDB, formulada em 1996, teve como finalidade “[...] o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Brasil, 1996, p.1). Esta última, por mais que ainda tenha presente o trabalho como uma prioridade, traz avanços consideráveis no âmbito educacional, tais como: a obrigatoriedade da Educação Básica; o acréscimo de

componentes curriculares; a redefinição da educação profissional; a disponibilização do Atendimento Especial Especializado (AEE); a conceituação do profissional da educação, entre outros aspectos. Um dos principais pontos contemplados nesse documento, e que discorreremos ao longo deste trabalho – a atividade docente –, leva em consideração as experiências anteriores dos professores em sala de aula que, associadas às teorias, métodos e abordagens de ensino, possibilitam que esses profissionais atuem na Educação Básica, como pontua o título VI, Artigo 61, do documento:

II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades. [...] IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública [...] (Brasil, 1996, p. 20).

A partir do momento em que é dada importância aos Estágios Supervisionados e às experiências do professor em sala de aula, pressupõe-se que este, como principal agente do seu trabalho, consiga identificar o que funciona e o que não funciona em sala de aula, de acordo com o contexto em que a escola está inserida, a turma, e os estudantes como indivíduos singulares. Consideramos que através de suas práticas profissionais correlacionadas às teorias, os professores constroem o seu *fazer* profissional. Ainda neste documento, é mencionada a formação continuada do professor: “[...] § 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério [...]” (Brasil, 1996, p. 20). A partir disso, ressaltamos a relevância de uma formação continuada para os professores da Educação Básica, considerando que os meios e as ferramentas, as quais o professor utiliza na sala de aula são suscetíveis a mudanças, tendo em vista as novas tecnologias, abordagens e métodos de ensino. A LDB de 1996 proporcionou, como já afirmamos, um olhar mais amplo para a Educação Básica além de contemplar a importância da formação e capacitação de professores para atuar nesse contexto.

No final da década de 1990, o Ministério da Educação (MEC), juntamente aos educadores de todo país, elaboraram novas diretrizes para o EM. Assim, foram

publicados, em 2000, os Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio (PCNEM) Bases Legais, com o papel de divulgar os princípios da reforma curricular e incentivar os professores a buscarem novas abordagens e metodologias. O documento ainda ressalta que ele é um processo de construção contínuo que deve tanto influenciar positivamente a prática do professor como ajudar no processo de aprendizagem dos alunos e, com base nas práticas em sala, rever e aperfeiçoar os parâmetros se necessário (Brasil, 2000).

Com isso, o documento contempla as mudanças que estavam ocorrendo no campo educacional e reforça que os profissionais de Educação deveriam rever e se conscientizar de suas práticas. O ensinar, nesse contexto, vai para além de transmitir o conteúdo, mas desenvolver nos jovens “[...] a construção de competências básicas, que situem o educando como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho, e com o desenvolvimento da pessoa, como “sujeito em situação” – cidadão” (Brasil, 2000, p. 10).

Como apontam os PCNEM na Parte II - Linguagens códigos e suas tecnologias:

O professor tem um papel fundamental dentro desta proposta. Ele é quem toma a iniciativa de escolhas e, analisando as necessidades dos alunos que tem, pode planejar o desenvolvimento, aprofundamento e inter-relação dos conhecimentos anteriormente obtidos. A análise dos saberes, das necessidades dos alunos e do entorno social fornece os dados básicos para a intervenção pedagógica, a organização curricular, a escolha da metodologia, do material didático e das formas de avaliação (Brasil, 2000, p. 65).

Através da interrelação entre professor e aluno, o professor como principal conhecedor de suas turmas, busca compreender seus alunos, suas principais dificuldades e habilidades, bem como, identificar o que se pode trabalhar em determinado contexto. É através desse engajamento profissional – por parte do professor – que se pode elaborar materiais didáticos e selecionar quais metodologias e abordagens podem ser mais eficazes. Contudo, a categoria docente nesse momento, passa por uma mudança extrema no âmbito educacional, e com estas novas implementações trazidas pelos PCNEM, apenas o diploma parecia não ser suficiente para as novas questões da Educação Básica.

Com o intuito de orientar essas novas exigências, a Secretaria de Educação Básica elaborou as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM) com a intenção de apresentar um conjunto de reflexões que fomentasse a prática docente (Brasil, 2006). É importante ressaltar que o documento foi elaborado através de debates entre gestores, secretarias de educação e professores pesquisadores com o intuito de atender às necessidades das escolas e dos professores que nelas atuam (Brasil, 2006).

Onze anos depois, em 2017, foi publicada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual apresenta novas competências e habilidades que devem ser trabalhadas no Novo Ensino Médio. A BNCC foi formulada durante o governo do presidente Michel Temer e, conforme discutiremos mais adiante, acarretou várias críticas por parte dos profissionais de Educação, coordenadores pedagógicos e gestores.

Para atender às demandas da BNCC e regulamentar a formação inicial de professores em nível superior para a Educação Básica, foi elaborada, no ano de 2019, a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). O documento alinha a formação docente à Educação Básica de acordo com as competências da BNCC, e aponta para as competências gerais necessárias para a formação profissional, sendo elas as dimensões do conhecimento profissional, da prática profissional e do engajamento profissional:

[...] As competências específicas da dimensão do conhecimento profissional são as seguintes: I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los; II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem; III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes; e IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais. [...] As competências específicas da dimensão da prática profissional compõem-se pelas seguintes ações: I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens; II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem; III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades. § 3º As competências específicas da dimensão do engajamento profissional podem se assim discriminadas: I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional; II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender; III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar [...] (Brasil, 2019, p. 2).

Em outras palavras, o professor, compreendendo essas competências gerais docentes, pode conseguir, através de suas práticas profissionais, conhecer o assunto, os alunos, os contextos dos estudantes e da escola. E, através disso, planejar aulas, trazer métodos e abordagens de ensino que resultem em aprendizagens realmente efetivas. O capítulo II do documento estabelece fundamentos para a formação de professores nos cursos de graduação, como, por exemplo: a formação básica dos professores; a associação entre teorias e práticas pedagógicas; e, também, o aproveitamento da formação e experiências anteriores, desenvolvidas em instituições de ensino ou na área da educação (Brasil, 2019).

Contudo, entendemos que a formação profissional dos professores da Educação Básica está para além das dimensões supracitadas, uma vez que professores em formação inicial estudam as teorias, abordagens e métodos, e supõem possíveis situações que poderão ocorrer em sala de aula. Mas, somente através da prática é possível aprender como lidar com situações, adquirir experiências e relacionar a teoria com o trabalho real em sala de aula, como afirma Tardif:

No exercício cotidiano de sua função, os condicionantes aparecem relacionados a situações concretas que não são passíveis de definições acabadas e que exigem improvisação e habilidade pessoal, bem como a capacidade de enfrentar situações mais ou menos transitórias e variáveis. (Tardif, 2014, p. 49)

Nesse sentido, as prescrições não são o suficiente em sala de aula, ou seja, os manuais e as cartilhas não apontam para os possíveis problemas que podem ocorrer durante as ações do professor em sala. Apenas vivenciando a tensão entre o que está prescrito e o que é, efetivamente, realizado, é que o professor aprende a lidar com imprevistos, adaptar conteúdos, conhecer e construir relações com os alunos, desenvolver atividades, planejar aulas e saber o que é aplicável ou não, de acordo com esses fatores. Desta forma, é crucial levar em conta experiências profissionais, prover formação inicial e continuada para professores e permitir que o professor possa através de todos esses conhecimentos e saberes já adquiridos construir o seu *fazer* profissional termo este que abordaremos mais à frente na discussão.

2.2 O ensino de Língua Espanhola e seus desdobramentos na Educação Básica no Estado da Paraíba

O ensino de Língua Espanhola é um ponto fundamental nesta discussão, pois essa ainda é muito estereotipada e desvalorizada no Brasil. Começou-se a pensar a Língua Espanhola na Educação Básica “[...] a partir de 1989, com a assinatura do Tratado do Mercosul, o qual consolida o livre comércio entre alguns países latinoamericanos [sic], e a língua espanhola adquire valor econômico [...]” (Salvador; Santos, 2007, p. 8). Posto isso, a LDB (1996) na Seção IV do EM, aponta como obrigatória a oferta de uma língua estrangeira definida pela comunidade escolar, e outra de cunho optativo de acordo com a disponibilidade da instituição, conseqüentemente, a língua estrangeira obrigatória foi sempre o inglês por sua hegemonia e a globalização do século XXI.

Um obstáculo para a inclusão da LE na Educação Básica é a falta de professores realmente qualificados, já que, até meados da década de 80, não havia demanda de professores da língua. Como apontam os PCNEM, seção de Linguagens:

[...] Além da carência de docentes com formação adequada e o fato de que, salvo exceções, a língua estrangeira predominante no currículo ser o inglês, reduziu muito o interesse pela aprendizagem de outras línguas estrangeiras e a conseqüente [sic] formação de professores de outros idiomas. Portanto, mesmo quando a escola manifestava o desejo de incluir a oferta de outra língua estrangeira, esbarrava na grande dificuldade de não contar com profissionais qualificados [...] (Brasil, 2000, p. 25).

Enquanto professores e pesquisadores, acreditamos que o ensino de língua inglesa e de língua espanhola são fundamentais no mundo moderno, e essa afirmação vai para além de questões econômicas ou políticas, mas, sim, são importantes para a formação e integração do estudante com a sociedade e o mundo.

Por outro lado, o que contribuiu também para retardação da Língua Espanhola seja de maneira optativa ou obrigatória no EM foram os estereótipos que são relacionados à língua. Acreditamos que é importante ter consciência que o espanhol é uma língua plural, pois não é só falada na Espanha, mas, sim, por países que

compõem toda a América Latina. Além disso, a visão de que o espanhol é igual ao português, reforça a não inclusão da Língua no EM, como as falas que são replicadas pelas OCEM (2006, p. 128) que o espanhol é uma “[...] “língua fácil” “língua que não se precisa estudar” (falas que circulam no senso comum)”. Porém, a LE ganha um novo lugar a partir da assinatura com o Tratado do Mercosul.

A partir de interesses políticos e econômicos e com o intuito de promover uma relação com os países que firmaram acordo com o Mercosul, no Brasil, foi posto o ensino da LE como obrigatória. Em cinco de agosto de 2005, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei nº 11.161, que decretava:

[...] Art. 1º O ensino da língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno, será implantado, gradativamente, nos currículos plenos do ensino médio. § 1º O processo de implantação deverá estar concluído no prazo de cinco anos, a partir da implantação desta Lei. Art. 2º A oferta da língua espanhola pelas redes públicas de ensino deverá ser feita no horário regular de aula dos alunos. Art. 5º Os Conselhos Estaduais de Educação e do Distrito Federal emitirão as normas necessárias à execução desta Lei, de acordo com as condições e peculiaridades de cada unidade federada [...]. (Brasil, 2005, p. 1)

No período da supracitada lei dificilmente encontrava-se profissionais graduados para suprirem a quantidade de instituições lecionando a língua espanhola, pois, como aponta Sales:

[...] com os países vizinhos do Brasil que têm o espanhol como língua oficial, os motivos políticos e culturais, e, especificamente, o acontecimento do Mercosul, o ensino do espanhol no Brasil tem como cenário, inicialmente, uma emergência [...]. (Sales, 2007, p. 53)

O Brasil não tinha profissionais formados em língua espanhola² para assumir o cargo de professor nas instituições de Educação Básica, logo, as Secretarias de Educação, estaduais e municipais, passaram a selecionar pessoas que tinham

² Vale ressaltar que apenas em 2007 a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) implantou o Curso de Letras Espanhol para formar professores da língua no estado da Paraíba. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/10esp>

certificado em curso de idiomas e professores de outras áreas para se especializarem em LE e assumir a disciplina nas escolas.

Como já mencionado, sabemos que o professor é o principal conhecedor da sua turma e do seu contexto, dessa forma, consideramos que cabe a ele e a equipe escolar, a partir das diretrizes norteadoras nos marcos regulatórios modificar, se necessário, as prescrições para que possam atender às especificidades da escola, e, efetivamente, entender se será possível realizá-las: “E só no momento em que essas idéias [sic] forem postas em prática pelos protagonistas do processo educativo será possível avaliar a sua validade e viabilidade.” (Brasil, 2006, p. 130).

Em 2017, com a reforma do EM e a publicação da BNCC, o presidente da república da época, Michel Temer, através da lei a Lei nº 13.415, revogou a Lei 11.161 de 2005, que, como já mencionamos, tornava o ensino de LE obrigatório no EM. Foi determinado durante esse governo, uma reformulação no EM através da Medida Provisória nº 746 em vinte e dois de setembro de 2016, isto, sem a consulta de professores, gestores e demais profissionais do campo educacional, ou seja, sem a opinião de profissionais que são da área e nela atuam. Com a revogação da lei 11.161, o espanhol voltou a ser de caráter optativo de acordo com a disponibilidade de oferta, e permaneceu a obrigatoriedade da disciplina de Língua Inglesa (Brasil, 2017).

Além disso, foram pontuadas algumas outras implementações do Novo Ensino Médio como: a criação de escolas técnicas; a formação integral do aluno; o aumento da carga horária dos professores; a preparação dos alunos para o trabalho e a criação de escolas integrais. Identificamos essa revogação – da lei 1.161/05 – como um retrocesso para o ensino de LE em todo Brasil. Como sabemos, o Brasil está cercado de países falantes do espanhol e, nesse sentido, entendemos que a revogação dessa lei pode desestimular os alunos a procurarem o idioma e entenderem a importância de estudá-lo. A lei pode, igualmente, desmotivar professores de LE, que conseqüentemente, se sentirão desvalorizados em sua profissão.

No Estado da Paraíba, ainda no ano de 2017, foi lançado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), o Projeto de Lei nº 1.509/17, proposta pelo deputado Anísio Maia, que dispõe sobre a implantação da LE nas escolas estaduais da Paraíba. A lei prevê que

[...] a disciplina da Língua espanhola ficará facultativa no Ensino Fundamental; terá, no mínimo, a carga horária de uma hora-aula semanal em cada ano letivo; as aulas serão ofertadas no horário regular dos Sistemas de Ensino; que os profissionais que lecionarão esta disciplina deverão ser formados em Licenciatura Plena em Letras-Espanhol ou em Licenciatura Plena em Letras com dupla habilitação Espanhol-Português (Paraíba, 2017, p. 2).

Apenas em 30 de maio de 2018, o projeto foi aprovado pela comissão. Mas, ainda assim, ressaltamos a importância dessa lei para que no Estado da Paraíba, os professores tenham melhores condições de trabalho e seus direitos assegurados, pois, o projeto ainda menciona “[...] que o Governo do Estado incluirá em seus próximos concursos públicos vagas para professores que atendam aos requisitos da Lei [...]” (Paraíba, 2017, p. 2).

A oferta de concursos para profissionais da Educação está garantida desde a LDB de 1996, e a inclusão dos professores de LE nos concursos estaduais é mais um avanço e incentivo para que os professores possam assegurar-se que, de alguma forma, ainda podem continuar em suas carreiras e terem reconhecimento de que seu trabalho é importante e lhes é concedido o suporte necessário para continuar nele. Um dos programas que ajudaram a LE se fortalecer na Paraíba, segundo a Proposta Curricular do Ensino Médio da Paraíba (PCEM/PB), foi o Programa Gira Mundo:

[...] a Língua espanhola se consolidou no Gira Mundo e, atualmente, conta com o maior número de países representantes. [...] É imprescindível destacar, ainda, que o ensino de língua espanhola vem crescendo a cada ano, inclusive com a implantação das Escolas Cidadãs e Técnicas em nosso Estado, e esse componente curricular se mantém nas modalidades: Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Ensino Médio Técnico (Paraíba, 2021, p. 124).

O programa hoje intitulado de “Conexão Mundo” foi criado em 2017 e tem como objetivo fornecer aos estudantes do segundo ano do EM uma bolsa de intercâmbio. A cada ano, o Programa lança editais para países diferentes, sendo a maioria das vagas para países falantes do inglês e do espanhol. Atualmente, o programa Conexão Mundo também lança editais para que professores da rede estadual de ensino concorram às vagas, o que igualmente contribui para que alunos e professores de LE da rede estadual se engajem e valorizem o estudo da língua.

2.3 As Escolas Cidadãs Integrais e Escolas Cidadãs Integrais Técnicas no Estado da Paraíba.

A oferta do ensino em tempo integral já estava proposta no Novo Ensino Médio e cada estado buscou uma maneira de implementar essa modalidade em suas escolas, seja adaptando escolas estaduais para escolas integrais ou construindo novas escolas para atenderem ao modelo. No ano de 2015, o então governador Ricardo Coutinho (2011-2018), por meio dos decretos nº 36.408/2015 e nº 36.409/2015, implantou as Escolas Cidadãs Integrais (ECI) e Escolas Cidadãs Integrais Técnicas no estado da Paraíba (ECIT) no Estado da Paraíba, com o objetivo de

[...] oferecer os fundamentos de uma escola inclusiva, que visa a formar a(o) cidadã(o) para os desafios do século XXI, e também para as exigências profissionais do mundo contemporâneo, tendo como ponto de partida o(a) estudante, e buscando desenvolver os pilares essenciais para a formação de indivíduos, que possam contribuir com a sociedade a partir de sua autonomia, das diferentes competências e das ações solidárias. Tudo isso, baseado no incentivo e no desenvolvimento do Protagonismo Juvenil (Paraíba, 2023 p. 10).

Os modelos de ECI e ECIT instituídos no Estado foram embasadas nos modelos educacionais do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), que é “[...] uma entidade sem fins econômicos que visa primordialmente a melhoria da qualidade da educação básica pública no Brasil, produzindo soluções educacionais inovadoras em conteúdo, método e gestão” (Ice, 2023, p. 3) que, segundo o Instituto, tem como objetivo de

[...] Contribuir objetivamente para a melhoria da qualidade da Educação Básica Pública, por meio da aplicação de inovações em conteúdo, método e gestão, objetivando a formação integral do jovem nas dimensões pessoal, social e produtiva” (Ice, 2023, p. 4).

O modelo proposto pelo ICE foi implantado inicialmente no Estado de Pernambuco e, até o momento, já tem o modelo presente em outros 22 estados

atendendo pouco mais de cinco mil e quinhentas escolas de EM e Fundamental (Ice, 2023). O instituto ainda conta com parceiros e investidores como o Instituto Natura, Jeep, Itaú, Fiat, Instituto Cacau Show, entre outros.

A Paraíba possui cerca de trezentas e duas escolas em tempo integral, segundo a SEE-PB (2021), as quais, além das disciplinas obrigatórias da base, também fornecem aos estudantes uma base técnica e diversificada, sendo esta última também nomeada como “metodologias de êxito” que conta com os seguintes componentes curriculares: Projeto de vida; Protagonismo juvenil; Tutoria; Colabore e inove; Pré-médio; Pós-médio; Estudo orientado e Eletivas.

Nestes componentes são trabalhadas competências sociais, emocionais que busquem o desenvolvimento pessoal do aluno. Essas disciplinas são ministradas pelos próprios professores da escola e são divididas de acordo com os perfis exigidos para cada componente e com base na disponibilidade de cada professor, ou seja, professores com menos carga horária, recebem os componentes da base diversificada.

No ano vigente – 2024 – através da portaria nº 032/2024/SEE-PB, foi lançada a nova carga horária para as ECI e ECIT, que por meio desse decreto, reestabelece as normas e procedimentos para a lotação de professores para o ano de 2024. A jornada de trabalho do ensino integral passa a ser de 40 horas em período integral na escola em que o professor se encontra lotado, sendo 28 horas semanais em sala, inclusive em atividades multidisciplinares – como as da base diversificada – e outras 12 horas dedicadas a estudos, planejamentos e atendimentos aos alunos. Além do mais, a portaria ressalta que, além do exercício de suas atividades, os professores podem substituir outros professores ausentes em virtude de afastamento planejado ou não (Paraíba, 2024).

Dessa forma, professor tem que cumprir 28 horas de aulas e atividades multidisciplinares semanais, seja assumindo componentes da base diversificada ou substituindo professores por motivos de afastamentos, como aponta a citação acima. Como já mencionamos, a disciplina de LE é obrigatória no EM no Estado da Paraíba, inclusive no Ensino Integral. Porém, atualmente, a carga horária desse componente curricular é de uma (01) aula – 50 minutos – semanais por turma (SEE, 2024). Conseqüentemente, disciplinas da base diversificada como a de PJ, sobre a qual

iremos discorrer na próxima seção, acabam sendo ministradas também por professores de LE, já que esses possuem a carga horária de sua disciplina reduzida.

2.3.1 O Componente Curricular *Protagonismo Juvenil* nas Escolas Cidadãs Integrais

As ECI e ECIT entendem protagonismo como:

[...] à formação de um(a) sujeito(a) ativo(a) com espírito de liderança, capaz de tomar decisões e fazer escolhas embasadas no conhecimento, na reflexão, na consideração de si próprio(a) e do coletivo. Nesse sentido, o(a) jovem deve ser visto(a) como fonte de liberdade, de iniciativa e de compromisso [...] (Paraíba, 2023, p. 12).

O componente curricular PJ foi implantado no EM das ECI e ECIT no Estado e sua implantação está dividida em três etapas, sendo a primeira no ano de 2022 para a 1ª série; a segunda etapa no ano de 2023 para a 2ª série; e, por fim, na última etapa a disciplina chegaria a 3ª série no ano de 2024, contemplando todo o Ensino Médio (Paraíba, 2023). O componente PJ, assim como algumas outras disciplinas da parte diversificada, é composto por uma aula semanal por turma, segundo a Matriz das ECI – EM para as turmas de 1ª série (SEE, 2024) e é visto nas ECI e ECIT como princípio, premissa e prática:

[...] princípio, ele defende que todos (as) da escola podem ser Protagonistas, pois são agentes transformadores de suas histórias e da história da comunidade do entorno escolar. Enquanto Premissa, observa-se que ele é um ponto de partida para o desenvolvimento de metas e de objetivos. Enquanto prática, leva a comunidade escolar ao ato da ação educativa, capaz de possibilitar espaços e condições para o pleno desenvolvimento das capacidades dos(as) jovens (Paraíba, 2023, p. 12).

A partir de 2022, o PJ passa a ser também uma metodologia, segundo a qual o professor terá ambientes, conteúdos, atividades, ferramentas, procedimentos e avaliações para aplicar – conforme iremos analisar no Capítulo IV deste trabalho –. O

professor de LE que assume o componente e ministra as aulas recebe o livro das Sequências Didáticas do Componente Curricular PJ, no qual se encontram as informações para a realização das aulas como o tempo das atividades, o título das aulas e temas a serem discutidos, assim, prescrevendo ao professor o que deve ser feito para que os objetivos da disciplina sejam alcançados.

2.3.2 Protagonismo Juvenil e a Educação Básica: Demandas atuais.

As ECI e ECIT são um marco na educação paraibana, e, por mais que haja alguns pontos a serem melhorados, foi um grande avanço no âmbito educacional. O modelo visa o desenvolvimento de múltiplas habilidades dos alunos, como a realização de atividades, quer sejam na escola ou nas próprias aulas das disciplinas que estimulam o senso crítico, criativo, produtivo e emocional dos estudantes. O protagonismo do estudante passa a ser trabalhado também, indiretamente, nas ações da escola, através da “[...] criação de espaços e condições de participação do estudante como: Liderança de Turma, Grêmios Estudantis, Clubes de Protagonismo, Monitoria, Acolhimentos, entre outras ações [...]” (Paraíba, 2022, p. 4) tanto dentro da escola e fora dela com atividades voltadas para a comunidade, aonde os alunos irão por estas habilidades em prática.

Com as demandas atuais da sociedade, há a necessidade de despertar nos jovens características de um ser protagonista da sua vida. A CEEI junto a SEE-PB, busca, cada vez mais, maneiras de preparar esses jovens para a sociedade moderna, apoiando “[...] o jovem estudante na fase de sua travessia entre a heteronomia da infância e adolescência, até a autonomia da vida adulta [...]” (Paraíba, 2022, p. 4). As disciplinas da base diversificada como a de PJ são as responsáveis por trabalhar questões emocionais, pessoais e sociais que ajudarão na formação deste *jovem* protagonista. Entretanto, esse trabalho não é executado por profissionais com formação específica, como psicopedagogos ou psicólogos³, mas são os próprios professores da base comum que assumem este papel.

³ Acreditamos que o componente curricular PJ poderia ficar a cargo de profissionais com uma formação mais específica para lidar com as questões abordadas no componente. Segundo a professora Albertina Mitjáns Martínez (2010): “Alguns componentes curriculares, em forma de disciplinas, projetos de

Portanto, acreditamos que componentes curriculares que necessitem trabalhar questões internas do indivíduo para fazê-lo refletir sobre si mesmo; para identificar seu lugar no mundo; lidar com questões socioemocionais e pessoais, podem ser mais eficazes com o acompanhamento de profissionais realmente especializados em trabalhar essas questões. Assim como também questões externas, que solicitem do indivíduo uma atitude, um posicionamento crítico, e entre outras competências que envolvam o desenvolvimento do aluno para questões atuais.

Visto que o componente PJ deve “preparar” o jovem para o século XXI e seus desafios, este deve oportunizar que o jovem trace seu projeto de vida, seja ele qual for. O mundo contemporâneo exige jovens decididos, conectados tecnologicamente e engajados em suas metas, ao contrário do cenário de anos atrás, quando apenas o diploma de EM era reconhecido como suficiente para o mundo do trabalho.

Hoje, quanto mais informado/formado o indivíduo é, mais chances ele tem perante os outros. Além disso, os cursos técnicos das ECIT reforçam a preparação dos estudantes para o mercado. Em pleno século da informação, as Secretarias de Educação e os Estados, para além do interesse de fornecer uma educação mais efetiva e de qualidade, buscam mostrar mais resultados – independentemente dos processos que são utilizados para chegar até eles – e gerar cidadãos mais preparados para a sociedade.

2.4 A atividade do professor: uma atividade instrumentada e direcionada.

Para pensarmos no trabalho dos professores de LE no modelo escola cidadã integral, é necessário entendermos inicialmente qual a definição do termo *trabalho* que adotamos, uma vez que este se modificou e ganhou diferentes representações ao longo dos séculos. Nesse sentido, discutiremos duas acepções propostas por Machado (2007) para que possamos compreender o significado desse termo. A

trabalho, oficinas ou outras, abordam temas de conteúdo propriamente psicológico como: autoconhecimento, desenvolvimento de habilidades interpessoais, desenvolvimento da criatividade, valores, elaboração de planos e projetos futuros e muitos outros” (Martinez, 2010, p. 50).

primeira concepção provém da organização do trabalho industrial no início do século XX, que afirma que esse é

:

[...] um conjunto de procedimentos e de técnicas para a análise minuciosa das tarefas a serem desenvolvidas pelos trabalhadores nas fábricas, de cada movimento elementar a ser feito e do tempo a ser dispendido, visando ao controle total de sua execução, a uma maior produtividade e a maiores lucros. Assim, o trabalho é representado como a simples execução do que é prescrito, que propicia aos indivíduos os meios de sobrevivência, tornando-se sinônimo de "tarefa" [...] (Machado, 2007, p. 85).

Atualmente, ainda vemos situações de trabalho como as citadas acima, seja nas indústrias, comércios, e trabalhadores que são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em contrapartida, por mais que tenhamos avançado nas Políticas Públicas Educacionais, e entendamos hoje que o trabalho do professor é mais do que simplesmente cumprir comandos e transmitir conhecimento, a implantação de componentes curriculares prescritivos como o de PJ, condicionam, como veremos no capítulo de análise, os professores de LE a serem executores de prescrições.

A segunda concepção é a vertente da Ergonomia Francesa, que, ao contrário da citação acima, defende que

[...] não se tratava [trata] mais de adaptar os indivíduos ao trabalho, mas de melhorar as condições de trabalho para esses indivíduos [...] uma abordagem antropocentrada, isto é, com foco no funcionamento global do trabalhador, não apenas no que dele temos de observável, mas em toda sua multidimensionalidade que envolve seu funcionamento fisiológico, cognitivo, afetivo e social (Oliveira, 2000 apud Machado, 2007, p. 86).

É sobre este viés que começamos a entender a dimensão que existe entre o que está prescrito e o trabalho real no componente curricular PJ, uma vez que, “[...] prescrever as tarefas dos trabalhadores em seus mínimos detalhes era [é] totalmente inexecutável, dada a inevitável distância entre a prescrição e a atividade real do trabalhador” (Machado, 2007, p. 86). Durante as aulas, pode ocorrer uma série de imprevisibilidades sobre as quais o professor não tem controle, tais como: problemas

relacionados à estrutura da escola; às condições físicas do professor e dos alunos; questões emocionais que podem afetar o proceder das aulas, entre outros problemas. Afirmamos que é importante considerar os professores como principais atores de seu trabalho e não como simples executores das prescrições a eles submetidas.

Normalmente, as concepções que determinam o que é o trabalho do professor são superficiais, haja vista que consideram apenas o observável em sala de aula. Sobre isto, Medrado (2017) relaciona o que é observável do trabalho docente à ponta de um iceberg:

A ponta do iceberg constituindo-se o que podemos perceber em sala de aula como observadores externos. Invisível é, exatamente, o que está submerso, e apenas o professor pode explicar o que está além do que não conseguimos capturar: como contornou as tensões que apareceram em sala; como reorientou seu plano e atividades; e a partir de quais critérios; quais momentos motivaram-no a fazer determinada intervenção ou modificar estratégias etc. (Medrado, 2017, p. 165).

Nesse sentido, alinhamo-nos a essa perspectiva, uma vez que entendemos que o trabalho do professor é mais do que podemos observar em uma sala de aula. Está para além do que o professor faz, mas envolve também o que ele planejou e o que deixou de fazer.

Machado (2007) define que a atividade do professor é interacional, uma vez que o professor transforma seu meio e os instrumentos que utiliza, mas, ao mesmo tempo, é por eles transformado, sendo assim, uma via de mão dupla. A autora também aponta que o trabalho do professor é uma atividade *situada, pessoal e única*, pois o professor desenvolve nele todas as suas dimensões: física, cognitiva, emocional etc. Mas também ressalta que o trabalho docente é *impessoal*, pois suas tarefas são prescritas por instâncias superiores.

Nesse sentido, o trabalho do professor se situa em uma posição de constante troca e construção de saberes e modos de fazer, seja em contato com os alunos, com a escola, com o corpo docente ou, até mesmo, em contato com os instrumentos disponibilizados a eles.

2.4.1 O saber profissional nas práticas docentes.

Como já mencionamos nesta pesquisa, existem leis, instruções e teorias que constituem e definem as competências que os professores devem dispor para efetuarem seu trabalho concretamente. Muitas vezes, as prescrições que lhes são atribuídas deixam de lado alguns dos *saberes* que os professores carregam consigo. Esses saberes podem ser definidos em quatro categorias, sendo elas: os saberes *disciplinares*, que correspondem aos conteúdos da língua, como a gramática, a literatura, a variação linguística etc.; os saberes *profissionais*, que correspondem às metodologias, técnicas e abordagens de ensino; os saberes *curriculares*, que dizem respeito ao conhecimento do programa da escola, e quais conhecimentos devem ser passados aos estudantes.; e os saberes *experenciais*, que correspondem aos conhecimentos que os professores adquirem em suas práticas profissionais (Tardif, 2014).

Neste sentido, os professores de LE que assumem a disciplina de PJ nas ECI e ECIT, acabam se sujeitando às prescrições que são impostas pelos seus superiores – SEE-PB, gestores e o próprio ICE – para executarem a disciplina. Com as aulas já estruturadas, o conteúdo programado e as reflexões propostas, presentes nos materiais e apostilas fornecidas, levam os professores a assumirem o papel de meros executores desses conteúdos, o que corrobora o que Tardif (2014) assinala de que, muitas vezes,

[...] o corpo docente não é responsável pela definição nem pela seleção dos saberes que a escola e a universidade transmitem. Ele não controla diretamente, e nem mesmo indiretamente, o processo de definição e de seleção dos saberes sociais que são transformados em saberes escolares (disciplinares e curriculares) através das categorias, programas, matérias e disciplinas que a instituição escolar gera e impõe como modelo da cultura erudita (Tardif, 2014 p. 40).

Nas aulas de PJ, além dos saberes disciplinares dos professores de LE não serem levados em conta – tendo em vista que a disciplina não contempla os conteúdos da sua formação de origem –, os saberes experenciais também ficam de lado. Consideramos que esses são saberes construídos em sala de aula através de suas

práticas, do conhecimento de seus alunos, de identificar quais as melhores maneiras para aplicar os conteúdos. Dessa forma, os professores de LE não podem agregar seus saberes as suas práticas nas aulas de PJ, pois elas já vêm prescritas para serem realizadas.

Os materiais já prescritos pelo ICE e pela SEE-PB, e frequentemente, não são elaboradas pelos professores que lecionam na rede estadual de ensino e chegam às escolas, muitas vezes, de maneira deslocada, pois, aqueles que criam estes materiais não sabem como funcionam, de fato, as escolas, principalmente porque cada escola tem suas características, a depender do contexto e a comunidade em que está inserida. Nós, enquanto professores, nos vemos impossibilitados de incorporar esses materiais em nossas práticas e, através de nossos saberes, adequá-los às realidades e aos contextos de nossos alunos, pois eles já vêm formulados com relação a tudo que deve ocorrer.

2.4.2 Entre o prescrito e o realizável.

O componente curricular PJ é totalmente prescritivo e procedimental como já mencionamos, e é aplicado de maneira igual para toda Paraíba em todos os municípios, tendo em vista que o documento que o rege é de nível estadual, elaborado pela SEE-PB. O professor de LE – que assume as aulas de PJ – se vê entre a prescrição que lhe é atribuída, e o trabalho real que ele reproduz em sala, uma vez que o seu trabalho, “[...] dirige-se não apenas aos alunos, mas também a instituição que o emprega, aos pais, a outros profissionais [...]” (Amigues, 2004, p. 41) e a SEE a qual implantou a disciplina com tais objetivos a serem cumpridos.

Dessa maneira, o que entendemos como “o trabalho do professor”, muitas vezes, não é definido pelos professores, mas, sim por pessoas que se encontram fora dele. Isso ocorre devido ao trabalho desses profissionais serem considerados “conhecidos” por quem toma decisões sobre eles, pois, só consideram o que realmente acontece de fato em sala, o que não acontece visivelmente – como os processos subjetivos do professor, como ele adaptou, o que associou, como pensou

as aulas – não é levado em consideração e passa despercebido (Amigues, 2014, p. 38).

Nesse sentido, Amigues (2004) aponta que o professor está em meio a *tarefa* e a *atividade* de um lado, e o *prescrito* e o *trabalho real* do outro, assim, como *tarefa*, entende-se o que deve ser feito pelos professores conforme os materiais, apostilas, orientação e prescrições que descrevem meios, objetivos e condições para a atividade ser realizada. Por outro lado, a *atividade* pode ser definida como o que os professores fazem mentalmente para que as tarefas sejam realizadas não sendo diretamente observável, mas que foram movimentadas pelo professor antes durante e depois da aula.

Nesta perspectiva entendemos que as aulas de LE podem desenvolver habilidades que incentivem e trabalhem o protagonismo no aluno, ainda que não seja observável durante as aulas, o professor por mais que não explicitamente, em suas aulas pode elaborar e planejar aulas para estimular os alunos a terem ações autônomas. Ademais disso, entendemos que as *tarefas* – que os professores devem seguir – contidas no componente PJ se distanciam da *atividade*, do que efetivamente pode ser realizado, tendo em vista a quantidade de elementos que existem entre o prescrito nos documentos e o realizável nas aulas de PJ.

Posto isso, concordamos com a afirmação de Amigues (2014, p. 44) de que “[...] O professor utiliza mais ferramentas concebidas por outros de que por ele mesmo [...]”. E quando chegam a eles essas prescrições – como as das aulas de PJ – muitas vezes não passam de prescrições vagas, visto que os professores para o cumprimento efetivo das prescrições têm que aplicá-las conforme o documento, e deixar de lado os seus saberes. Além disso, é importante considerar que as escolas não possuem as mesmas estruturas, espaços, equipamentos, ferramentas, entre outros elementos necessários para a realização das aulas.

Ademais, as aulas de PJ possuem atividades programadas e cronometradas – como veremos no capítulo IV –, mas, como de fato o professor vai garantir que as aulas sempre ocorrerão conforme o programado? Os alunos podem estar agitados, o que dificulta a execução da aula, o professor pode estar doente e a aula não ser realizada, entre outros fatores que podem interromper este cronograma de aulas. Portanto para Amigues (2004), essas ferramentas – Diretrizes e Sequências Didáticas

que prescrevem o componente PJ – são frequentemente transformadas pelos professores para ganhar eficácia e fazer sentido para os seus alunos, pois o professor conhece sua turma e o contexto em que a escola e os alunos estão inseridos.

É necessário entendermos que “[...] o tempo de ensino não é paralelo ao tempo de aprendizagem, não podendo essas duas temporalidades ser sobrepostas ou confundidas [...]” (Amigues, 2004, p. 50). Os alunos não aprendem da mesma forma, no mesmo tempo e nas mesmas condições, eles são indivíduos singulares. Dessa forma, aplicar um material a nível estadual da mesma maneira em todos os contextos é bastante problemático.

Entre o que está prescrito e o que pode ser realizável⁴ no componente PJ como já debatemos, existe uma série de fatores que podem comprometer a sua execução em sala, sendo que o não realizado também significa bastante, como aponta Amigues:

[...] É nessa tensão entre o prescrito e o realizado que o sujeito vai mobilizar e construir recursos que contribuirão para seu desenvolvimento profissional e pessoal. [...] o realizado e o não-realizado têm a mesma importância; mas, além disso, se inscrevem numa dinâmica em que são colocados em perspectiva: como fazer algo que não foi feito? como retomar o que não funcionou? etc. [...] (Clot, 1999 apud Amigues, 2004, p. 40)

O que não é realizado nas aulas de PJ também deve ser considerado, não deve ser simplesmente levado em conta como “*não feito*”, mas, sim, buscar entender o porquê que não deu certo. Muitas vezes o professor é pré-julgado pelos que levam em consideração apenas o observável de seu trabalho, levando em consideração apenas o *feito* ou *não feito* em sala de aula, afinal, no senso comum, o que vale no fim é se o aluno aprendeu ou não tais conteúdos, e muitas vezes, não é considerado todo o processo de ensino-aprendizagem e como ele acontece.

⁴ Escolhemos a palavra realizável pois, é o que se pretende ser realizado diante das prescrições, como esta pesquisa é de cunho documental, não podemos afirmar que as prescrições realmente são cumpridas e realizadas nas aulas de PJ.

3 PERCURSO METODOLÓGICO: DA NATUREZA AO OBJETO DE PESQUISA

No presente capítulo, descreveremos como ocorreu o percurso metodológico para o desenvolvimento deste trabalho. Abordaremos a natureza e o *corpus* da pesquisa, bem como os procedimentos e as categorias que adotamos para conduzir nossas análises.

3.1 Natureza da pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como sendo de natureza qualitativa, uma vez que revisitamos a legislação para entendermos como é pensada a formação de professores nos documentos oficiais, apontando para as principais exigências que são feitas para que os professores possam atuar em sala de aula. Nesse sentido, avaliamos que “O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências [sic]” (Triviños 1987 apud Oliveira, 2001, p. 24). Assim, buscamos para além de captar, entender a formação de professores a partir da LDB/96, centrando-nos nos professores que ministram especificamente a disciplina de LE e, desta maneira, entendermos se ocorreram mudanças nas políticas educacionais no Estado da Paraíba e como isso recai sobre esses professores.

No que tange ao tipo de pesquisa, esta pode ser caracterizada como documental, visto que, “[...] vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (Gil, 2002, p. 45). Buscamos analisar o documento intitulado “Diretrizes para o funcionamento das Escolas Cidadãs Integrais, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas e Escolas Cidadãs Socioeducativas da Paraíba”, no qual descreve o componente curricular PJ e estabelece orientações de como devem ser executadas as aulas.

Também analisamos a primeira unidade do documento “Sequências Didáticas do componente curricular Protagonismo Juvenil – da heteronomia à autonomia”, o qual prescreve os temas; as reflexões que devem ser feitas nas aulas; os materiais que devem ser utilizados, o perfil do professor para ministrar as aulas de PJ, entre outros elementos que dizem respeito à execução do componente. Como aponta Godoy (1995, p. 14), “Por meio da interpretação do conteúdo manifesto dos documentos, [...] interessa ao pesquisador o conteúdo latente, o sentido que se encontra por trás do imediatamente apreendido”. Sendo assim, para além de apenas descrever os documentos, iremos, igualmente, problematizar suas possíveis consequências, no caso específico desta pesquisa, para os professores de LE.

Este trabalho é, igualmente, de cunho exploratório. A discussão acerca das prescrições no trabalho dos professores já é algo discutido por autores como Libâneo (1985). Contudo, no cenário atual da educação integral no Estado da Paraíba, não são encontradas discussões sobre o componente curricular PJ e as prescrições que são submetidas aos professores de LE quando assumem o componente. Segundo Gil (1999, p. 41), “Estas pesquisas (exploratórias) tem [sic] como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Em outros termos, nossa pesquisa busca, através da análise dos documentos e suas prescrições, produzir uma reflexão acerca de como este componente curricular afeta a formação dos professores de LE.

3.2 Corpus da Pesquisa

O primeiro documento analisado, intitulado “Diretrizes para o funcionamento das Escolas Cidadãs Integrais, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas e Escolas Cidadãs Socioeducativas da Paraíba” foi elaborado pela CEEI que compõe a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba. O documento foi publicado no ano de 2023, possui 164 páginas e serve para orientar o funcionamento das ECI e ECIT, bem como devem ser executadas as aulas dos componentes curriculares, principalmente aqueles da base diversificada implantada na Paraíba.

O documento está dividido em tópicos e subtópicos, e selecionamos, para a análise, o Capítulo 3 – Metodologias de Êxito –, item 3.2 – Protagonismo Juvenil – e

os subitens 3.2.1 e 3.2.2 – Distribuição das Aulas de PJ e Perfil do Professor de PJ – que tratam do funcionamento do componente curricular, como estão distribuídas as aulas, os perfis dos professores e como devem ser realizadas as avaliações do PJ.

Além disso, analisamos o documento “Sequências Didáticas do componente curricular Protagonismo Juvenil – da heteronomia à autonomia: Para a 1ª Série do Ensino Médio”. Esse documento foi elaborado por Romário Farias Pedrosa dos Santos, Maria Isabel Nunes de Oliveira e Renato Cristiano Lima Barreto no ano de 2022. O documento possui 292 páginas e está dividido em quatro unidades, sendo elas distribuídas em Encontros Educativos e Mentorias, cada um desses possuem um tema específico, uma unidade por bimestre e buscam trabalhar as seguintes temáticas: Protagonismo Juvenil e a Escola; Protagonismo Digital; Protagonismo Ambiental; Protagonismo Social.

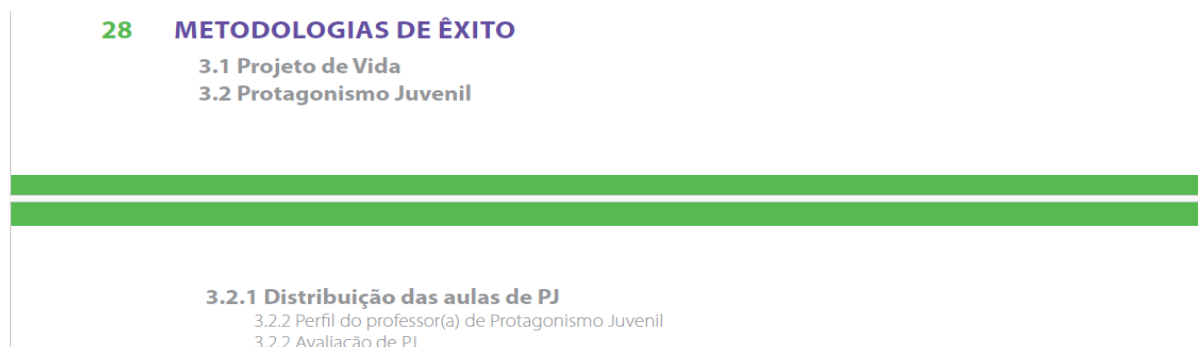
Analisaremos apenas o “Encontro Educativo 01: O que é Protagonismo Juvenil”, da primeira unidade do documento, tendo em vista que as Sequências Didáticas possuem ao todo 25 (vinte e cinco) Encontros Educativos. Escolhemos apenas um desses encontros para entendermos de que maneira as prescrições estão presentes no componente PJ.

Imagem 1: Sumário das Sequências Didáticas Juvenil

1ª Unidade - Protagonismo Juvenil e a Escola	08
Quadro resumo	10
Imersão do professor	11
Encontro Educativo 01: O que é Protagonismo Juvenil?	14

Fonte: Paraíba (2022, p. 2)

No documento intitulado “Diretrizes para o funcionamento das Escolas Cidadãs Integrais, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas e Escolas Cidadãs Socioeducativas da Paraíba”, iremos nos ater ao capítulo 3, item 3.2 e subitens 3.2.1 e 3.2.2 que tratam do componente PJ, conforme ilustramos a seguir:

Imagem 2: Sumário das Diretrizes Operacionais

28 **METODOLOGIAS DE ÊXITO**

- 3.1 Projeto de Vida
- 3.2 Protagonismo Juvenil

3.2.1 Distribuição das aulas de PJ

- 3.2.2 Perfil do professor(a) de Protagonismo Juvenil
- 3.2.2 Avaliação de PJ

Fonte: Paraíba (2023, p. 5).

Os documentos utilizados para análise não estão disponíveis na internet ou em sites oficiais – até o presente momento –, e o acesso ao material foi viabilizado por professores da rede estadual de ensino durante a participação deste pesquisador no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e no Componente Curricular Estágio Supervisionado IV, ambos durante ao período 2023.2.

3.3 Procedimentos e categorias de análises

Após a leitura e análise dos documentos do nosso *corpus*, surgiram duas categorias de análise: a primeira, foi intitulada de *O perfil dos professores no componente curricular PJ*, e a segunda de *A Sequência Didática proposta a luz do conceito de prescrição*. Essas categorias surgiram a partir das leituras dos documentos analisados e respondem aos objetivos deste trabalho, conforme quadro 01 a seguir:

Quadro 01 – Objetivos e categorias de análise

OBJETIVOS	Categorias de Análise
i. Discutir o perfil do professor do componente curricular prescrito nas Diretrizes das ECI e ECIT 2023	i. O <i>Protagonismo Juvenil</i> : do GPS ao perfil do professor
ii. Analisar a Sequência Didática proposta a luz do conceito de prescrição	Do prescrito nas aulas ao realizável

Fonte: Elaboração Própria

4. DO PRESCRITO AO REALIZÁVEL: REFLEXÕES SOBRE OS DOCUMENTOS QUE ORIENTAM O TRABALHO DO PROFESSOR NO COMPONENTE *PROTAGONISMO JUVENIL*

Neste capítulo, iremos discutir as prescrições presentes no componente curricular Protagonismo Juvenil (PJ) e como elas podem impactar a formação de Professores de Língua Espanhola (LE) no Estado da Paraíba. Faremos a análise, considerando os aportes teóricos apresentados no capítulo II deste trabalho.

Como afirmamos na Introdução, o componente PJ nos trouxe várias inquietações no momento de análise dos documentos que o regem. Que nos fazem refletir sobre as prescrições atribuídas aos professores de LE ao assumirem o componente PJ, pois, além de prescrever o trabalho dos professores ele também é de caráter procedimental, já que cita os procedimentos e o passo a passo que a aula deve seguir. O que pode afetar diretamente os professores de LE, pois como possuem uma carga horária reduzida, acabam assumindo as disciplinas da base diversificada para completar sua carga horária.

4.1 O *Protagonismo Juvenil*: do GPS ao perfil do professor

No ano de 2023, foi disponibilizado aos professores, coordenadores pedagógicos e gestores das ECI e ECIT, as Diretrizes para regulamentar suas práticas nos componentes curriculares durante o ano. Um ano antes, nas Diretrizes de 2022, os elaboradores já mencionavam a inclusão do componente PJ no EM, porém, apenas na 1ª série. Em 2023, o documento pontua mais especificações para o desenvolvimento do PJ como componente curricular.

Como já mencionado neste trabalho, as aulas de PJ não possuem professores com formação específica, que poderiam, a nosso ver, desenvolver melhor as habilidades socioemocionais dos estudantes. São os próprios professores da base comum que assumem a disciplina e, muitas vezes, cabem aos professores de LE assumirem-no.

O item 3.2 das Diretrizes (2023, p. 30) justifica a necessidade de implantar o PJ como componente curricular para fortalecer o processo de protagonismo autêntico dos estudantes por meio do acompanhamento do professor, que leve os jovens da heteronomia até a sua autonomia. Em outros termos, levar os jovens da condição de simples receptores de ordens e normas, até a sua independência para realizar ações e tomar suas próprias decisões. Essas reflexões seriam, segundo o documento, realizadas através de

[...] Encontros Educativos e nos Encontros de Mentoria, com reflexões sobre inúmeras temáticas relevantes para a discussão atual do cenário local e global, contribuindo para sua formação pessoal, social e produtiva (Paraíba, 2023, p. 31).

Esses Encontros estão estruturados no “GPS” da disciplina, o qual situa todas as aulas de PJ por semana, correspondendo as 40 (quarenta) semanas letivas de aula durante o ano. Eles são divididos em vinte e cinco Encontros Educativos, que correspondem as aulas de fato, e quinze Encontros de Mentoria que têm a intencionalidade de reforçar o que foi tratado nas aulas. Os Encontros visam trazer reflexões, discussões e mostrar exemplos do protagonismo na escola e no mundo. Vejamos na imagem 3, um exemplo de GPS da 1ª série:

Imagem 3: GPS das Sequências Didáticas do componente curricular Protagonismo Juvenil



GPS DE PROTAGONISMO JUVENIL - 25 E.E. + 15 MENTORIAS										
1ª UNIDADE Protagonismo Juvenil e a Escola	1. O QUE É PROTAGONISMO JUVENIL?	2. SER PROTAGONISTA NA ESCOLA.	3. O QUE É A LIDERANÇA DE TURMA?	4. LIDERANÇA DE TURMA, UM CONVITE AO DEBATE!	5. LIDERANÇA DE TURMA, O DIA “D”.	6. O QUE SÃO CLUBES DE PROTAGONISMO?	7. CRIANDO UM CLUBE DE PROTAGONISMO.	8. PREPARAÇÃO PARA A FEIRA DE CLUBES DE PROTAGONISMO.	9. O QUE SÃO ESTUDANTES MONITORES?	10. GRÊMIOS ESTUDANTIS.
PRAZO DE APLICAÇÃO	1ª SEMANA	2ª SEMANA	3ª SEMANA	4ª SEMANA	5ª SEMANA	6ª SEMANA	7ª SEMANA	8ª SEMANA	9ª SEMANA	10ª SEMANA
2ª UNIDADE Protagonismo Digital	11. O que é o Protagonismo Digital?	1. MENTORIA (PLANO DE AÇÃO).	12. Vamos falar sobre Fake News?	2. MENTORIA (REUNIÃO DE TURMA).	13. As redes sociais: da influência ao cancelamento.	3. MENTORIA (AÇÕES DESENVOLVIDAS NOS CLUBES).	14. Eduardo Lyra.	4. MENTORIA (AÇÕES DE ACOLHIMENTO).	15. Pensar Local e Agir Global.	5. MENTORIA (PDCA).
PRAZO DE APLICAÇÃO	11ª SEMANA	12ª SEMANA	13ª SEMANA	14ª SEMANA	15ª SEMANA	16ª SEMANA	17ª SEMANA	18ª SEMANA	19ª SEMANA 1	20ª SEMANA
3ª UNIDADE Protagonismo Ambiental	16. Vamos falar de Protagonismo Ambiental?	6. MENTORIA (PLANO DE AÇÃO).	17. Mudanças Climáticas Mundiais.	7. MENTORIA (REUNIÃO DE TURMA).	18. Problemas Ambientais Locais.	8. MENTORIA (AÇÕES DESENVOLVIDAS NOS CLUBES).	19. Greta Thunberg.	9. MENTORIA (AÇÕES DE ACOLHIMENTO).	20. Pensar Local e Agir Global.	10. MENTORIA (PDCA).
PRAZO DE APLICAÇÃO	21ª SEMANA	22ª SEMANA	23ª SEMANA	24ª SEMANA	25ª SEMANA	26ª SEMANA	27ª SEMANA	28ª SEMANA	29ª SEMANA	30ª SEMANA
4ª UNIDADE Protagonismo Social	21. Vamos falar de Protagonismo Social?	11. MENTORIA (PLANO DE AÇÃO).	22. Problemas Sociais.	12. MENTORIA (REUNIÃO DE TURMA).	23. Voluntariado.	13. MENTORIA (AÇÕES DESENVOLVIDAS NOS CLUBES).	24. Malala Yousafzai.	14. MENTORIA (PLANEJAMENTO CULMINÂNCIA DE CLUBES).	25. Pensar Local e Agir Global.	15. MENTORIA (LIVRO DA TURMA).
PRAZO DE APLICAÇÃO	31ª SEMANA	32ª SEMANA	33ª SEMANA	34ª SEMANA	35ª SEMANA	36ª SEMANA	37ª SEMANA	38ª SEMANA	39ª SEMANA	40ª SEMANA

Fonte: Paraíba (2022, p. 6)

Conforme consta no ponto 3.2.1, a disciplina terá uma hora de aula semanal por turma e são distribuídas da seguinte maneira:

[...] recomenda-se que cada professor(a) de Protagonismo Juvenil assumam no máximo 5 turmas por série, ou seja, a partir de 6 turmas em cada série, se faz necessário 2 professores, de forma que as turmas sejam distribuídas de maneira proporcional (Paraíba, 2023, p. 31).

A disciplina distribuída dessa maneira pode ter um ou dois professores de PJ, dependendo da quantidade de turmas que a escola possui. É recomendado também que a gestão escolar saiba dividir os componentes da base diversificada entre os professores, para que aqueles que ministrem as aulas de PJ não acumulem outras disciplinas da base diversificada como, por exemplo, o Projeto de Vida, Colabore e Inove ou, ainda, da base técnica (Paraíba, 2023). Nesse caso, os professores de LE podem assumir a disciplina de Língua, a de PJ, e caso tenham poucas turmas, podem acumular além dessas, outras disciplinas da base diversificada para complementar sua carga horária.

O item 3.2.2, referente ao perfil do professor de PJ, nos inquietou bastante, pois o documento prescreve as qualidades que um professor deve apresentar para que a gestão o designe para assumir a disciplina de PJ. Vejamos ilustração do próprio documento na imagem 4:

Imagem 4: O Perfil do Professor de PJ nas Diretrizes Operacionais**3.2.2 Perfil do professor(a) de Protagonismo Juvenil**

Sobre o perfil do(a) professor(a) de PJ, é importante que a gestão faça a distribuição do componente, atentando para os seguintes critérios:

- Espírito juvenil;
- Atenção às questões das gerações juvenis da contemporaneidade;
- Domínio de ferramentas audiovisuais básicas;
- Proatividade;
- Apreço por causas sociais;
- Abertura para o novo;
- Criatividade e capacidade de inovação.

Paraíba (2023, p. 32).

Portanto, cabe à gestão identificar profissionais com essas características para assumirem o componente. Nesse sentido, entendemos que em cada escola, na Paraíba, deverá haver um professor com tal perfil, já que o documento regulamenta as ECI e ECIT de todo o Estado. Entretanto, nem todas as escolas têm os mesmos contextos, tampouco os mesmos professores com os mesmos perfis e saberes para atuarem na disciplina de PJ, conforme se prescreve.

Durante a graduação em LE, somos apresentados a componentes curriculares e conteúdos voltados para os campos linguísticos, educacionais e literários que, certamente, contribuem para nossa formação. Contudo, o componente PJ envolve saberes que podem não ter sido contemplados direta ou indiretamente durante a graduação, além de serem muito mais características pessoais do que saberes curriculares ou formativos.

Os componentes curriculares estão distribuídos no currículo da Universidade visando a atuação de professores no ensino de LE e favorece o desenvolvimento de um senso de cidadania na sala de aula, ou seja, promovendo o protagonismo do aluno em sala na própria disciplina de LE. Dessa forma, o currículo vigente da graduação

do Curso de Letras-Espanhol⁵ contempla componentes curriculares que desenvolvam o protagonismo na própria aula, não abordando de maneira direta questões pessoais, psicológicas e psicossociais – como a disciplina de PJ – e que se afastam totalmente da área de formação do professor. Isso não significa que o trabalho do professor de LE seja apenas o de apresentar conteúdos de sua área, pois sabemos que a aula de língua envolve muitos outros aspectos, inclusive o de oportunizar ao aluno ser protagonista de sua aprendizagem, desenvolver mais autonomia e o senso crítico, que podem ser estimulados durante as próprias aulas.

Cada professor carrega consigo seus saberes e seus valores (Tardif, 2014), que são construídos de acordo com suas formações e experiências pessoais na profissão ou fora dela. Conforme o mundo se atualiza e caminha para a modernidade devemos acompanhá-lo, e cabe a cada um de nós – professores – rever, reconstruir e agregar aos nossos saberes. Como explicita o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Letras - Licenciatura em Língua Espanhola (PPC-LE), o professor “[...] deverá compreender sua formação como prática reflexiva e como um processo contínuo e autônomo” (Brasil, 2019, p. 4). Dessa maneira, através de suas práticas, o professor irá construindo o seu perfil profissional.

Entretanto, um outro ponto a se mencionar é que os profissionais que atuam nas disciplinas de PJ não são apenas professores recém-formados, há professores da rede estadual que estão há anos lecionando, e quando estiveram em sua graduação possivelmente não se trabalhavam as demandas exigidas pelo modelo de escola integral. Entretanto, as Diretrizes pontuam que serão ofertadas aos professores formações através da CEEI e da SEE-PB para fortalecer a apropriação dos materiais (Paraíba, 2023). Todas as ações da escola, inclusive as aulas de PJ, são acompanhadas e alinhadas entre a coordenação pedagógica e a SEE-PB. Nesse contexto, os professores de LE se veem expostos para assumirem a disciplina e, dessa forma, é importante pensarmos de que maneira se pode garantir que os professores, através das formações realizadas pela SEE-PB, irão, de fato, suprir o perfil exigido conforme aponta as Diretrizes. Nesse sentido, entendemos que há o risco de o professor assumir o papel de mero executor nas aulas de PJ, e fazer apenas

⁵ Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Letras - Licenciatura em Língua Espanhola do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Campus I. Disponível em: https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/202025019142da2141321fb6b2ce4d82d/Resoluo_N_072019_Letras_Espanhol.pdf

o que se pede nas Diretrizes, pois é exigido dele seguir o cronograma de aulas e trabalhar os conteúdos recomendados nas Sequências Didáticas.

Por fim, sobre a avaliação, a disciplina de PJ, o documento estabelece que

[...] conta com um instrumento de avaliação denominado “avaliação em foco”. Nesse instrumento, o professor transforma os CONCEITOS da autoavaliação realizada pelos estudantes em notas que devem ser registradas no boletim do(a) estudante. [...] Outra observação importante, é que por se tratar de um componente da Parte Diversificada, não há retenção de estudantes por nota em Protagonismo Juvenil (Paraíba, 2023, p. 32).

Dessa maneira, às aulas de PJ são atribuídas notas, e estas constam no boletim do estudante. Porém, caso esta tenha sido abaixo da média, ainda assim, o aluno não poderá ser reprovado. Essa avaliação, conforme consta no anexo 3 das Sequências Didáticas do PJ, é feita através da autoavaliação do estudante ao fim de cada unidade. O estudante recebe uma ficha auto avaliativa com duas tabelas (cf. Anexo 3), sendo uma para avaliar seu desempenho nas ações durante as unidades e outra para avaliar seu nível de protagonismo, sendo eles: dependência, colaboração e autonomia (Paraíba, 2022).

Pensar o protagonismo como conteúdo a ser ensinado nos leva a refletir igualmente, sobre como essa avaliação será feita com alunos tímidos ou retraídos, caso se leve em consideração, tão somente, as fichas de avaliação, visto que estas trazem características e aspectos específicos para que o aluno se defina como dependente, colaborativo ou autônomo. Como se trata de autoavaliações, caso o aluno não desenvolva exatamente aquelas habilidades propostas pelas fichas avaliativas, ele consequentemente se atribuirá notas baixas?

Acreditamos que é bastante arriscado esse modelo avaliativo, a partir do qual o professor não pode agregar competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos durante as aulas e que deveriam ser consideradas pelo docente, mas que não constam nas fichas avaliativas. Isso nos leva a refletir sobre o real papel da nota de avaliação e o que ela representaria sobre o aluno e seu desenvolvimento nas aulas de PJ.

4.2 As Sequências Didáticas para os Encontros Educativos: discutindo o realizável nas prescrições

No documento Sequências Didáticas de PJ estão presentes vinte e cinco Encontros Educativos e quinze Encontros de Mentoria todos organizados no GPS do componente curricular para serem ministrados na 1ª série do Ensino Médio. Como já mencionamos, há quatro unidades, sendo a primeira unidade com 10 (dez) Encontros Educativos voltadas para o “Protagonismo Juvenil e a Escola”. Nossa análise se centrará apenas no primeiro Encontro Educativo da primeira unidade, que tem como objetivo apresentar aos estudantes o conceito de Protagonismo Juvenil, os espaços de protagonismo na escola e as formas de atuação dos estudantes enquanto Protagonistas Autênticos (Paraíba, 2022). As Sequências Didáticas estão organizadas com todo o conteúdo que deve ser discutido e contemplado durante as aulas, desde as competências gerais da BNCC até as habilidades socioemocionais e valores que devem ser desenvolvidas nos estudantes.


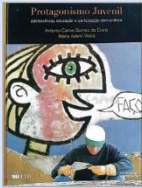
Os Encontros Educativos se iniciam explicando o tema de cada um deles e estão distribuídos para que os professores compreendam detalhadamente como as aulas devem funcionar. No caso do “Encontro Educativo 1: O que é Protagonismo Juvenil”, ele está organizado da seguinte forma: explicação para os professores a respeito do tema da aula; os materiais didáticos que o professor utilizará; o objetivo e as propostas do encontro; a duração da aula e das atividades; as competências e os pilares que devem ser desenvolvidos e movimentados; o desenvolvimento da aula; os materiais que serão utilizados para que a aula possa ocorrer e por fim, a conclusão da aula (cf. Anexo 2).

Neste sentido, o primeiro Encontro Educativo inicia-se introduzindo os professores sobre o que é protagonismo – como já discutimos – fornecendo-lhes os materiais de apoio com livros, vídeos e slides que serão utilizados nas aulas. Esses materiais estão disponíveis em uma pasta *online*, podendo ser baixada pelo professor para que ele possa ter acesso, como vemos na imagem 5:

Imagem 5: Materiais para o professor aplicar a aula de PJ

1ª Unidade: PROTAGONISMO JUVENIL

MATERIAL DE APOIO AO(A) PROFESSOR(A):

- 
Pasta do Encontro Educativo 1:
 Clique e acesse:
https://drive.google.com/drive/folders/1SSvMaJoBa-QaifaQaB-Ukge9X9MXc_Vg?usp=sharing
- 
Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática
 Clique e acesse o livro recomendado:
<https://drive.google.com/file/d/1O1116dto35wCv2ZIGLNkO-W32B1fw4IJ/view?usp=sharing>

Fonte: Paraíba (2022, p. 14)

A SEE-PB, junto ao CEEI, seleciona e organiza os materiais que os professores utilizarão durante as aulas de PJ, fornecendo aos professores as aulas já prontas para a aplicação. Dessa forma, reafirmamos que os professores de LE não são os responsáveis por organizarem e escolherem recursos para suas aulas de PJ, pois acabam utilizando na sala de aula, mais ferramentas concebidas por outros do que por eles mesmos (Amigues, 2004). Os professores devem seguir o passo a passo a fim de explicar e desenvolver as habilidades apontadas no Encontro Educativo, pois segundo os elaboradores, “[...] o professor em cada Encontro Educativo e mentorias, surgirá como um polo irradiador de referências, apoiando o estudante no desenvolvimento de suas habilidades [...]” (Paraíba, 2022, p. 5). Sendo assim, entendemos que os Encontros Educativos são os principais responsáveis por desenvolver das habilidades nos estudantes, enquanto os professores, assumem o papel apenas como mediadores e aplicadores dos conteúdos.

Imagem 6: Objetivo e habilidades desenvolvidas

Então, vamos ao objetivo e proposta deste encontro?

Objetivo e Proposta do encontro:

O primeiro Encontro Educativo tem como objetivo principal apresentar aos Jovens Estudantes o que é O Protagonismo Juvenil e como ele já faz parte desse movimento, tendo em vista que todos somos protagonistas de nossas histórias, capaz de modificarmos os espaços a nossa volta e impactar positivamente as pessoas.

Propomos neste encontro sensibilizar o estudante quanto a importância da sua atuação protagonista, trazendo algumas referências de Jovens Protagonistas Locais e Globais que atuam em vários espaços da sociedade, ajudando a modificar as estruturas sociais e influenciando opiniões e decisões de inúmeras pessoas de todo o mundo.

Este encontro é uma semente de esperança e de motivação a ser plantada no coração do Jovem Protagonista para que ele inicie o seu processo de despertar para os desafios da atualidade e se colocar como sujeito resolutivo nesse processo.

Duração: 1 hora-aula semanal.

Competências desenvolvidas: Pessoal; Social; Cognitiva e Produtiva.

Pilares da Educação movimentados: Ser; Conviver; Aprender e Fazer.

OLA

Fonte: Paraíba (2022, p. 15)

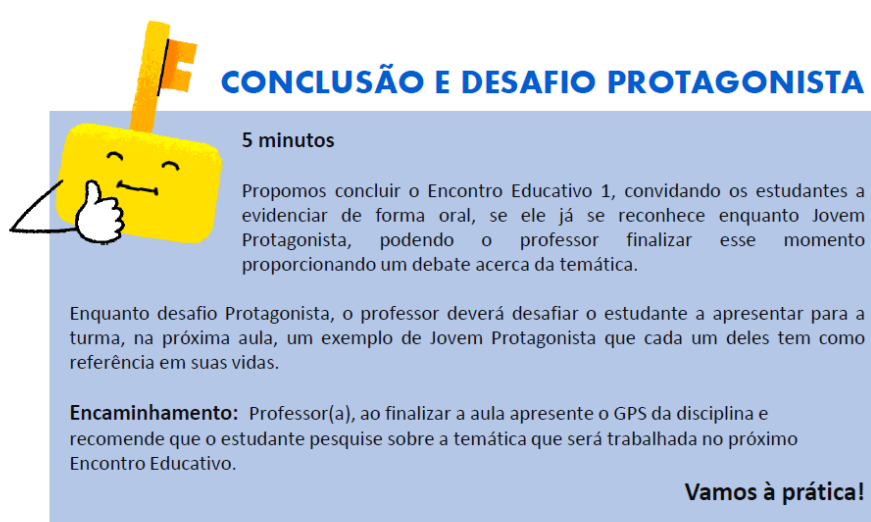
A imagem 6 nos chamou muita atenção, visto que ela trata de descrever ao professor o objetivo, a duração e as habilidades que devem ser contempladas no Encontro Educativo. Sendo assim, o professor não seleciona os objetivos, tampouco os elementos que irão compor a aula. O uso de *propomos* não está empregado na imagem 6 pelos professores, mas, sim pelos elaboradores que produziram o material. Além disso, vemos que o encontro apresenta vídeos e slides com personalidades locais e globais demonstrando como elas conseguiram se sobressair na sociedade através do “Protagonismo Autêntico”. O papel do Encontro é ser uma “semente de motivação a ser plantada no coração dos jovens” (Paraíba, 2022, p. 15). Acreditamos que, nesses termos, o componente PJ exige do professor capacidades socioemocionais e psicossociais, pois vai para além de desenvolver o protagonismo juvenil nas aulas, mas, para além disso, funcionam como *autoajuda*, uma vez que promovem conteúdos de autorreflexão trazendo relatos de superação, para que os alunos possam identificar que as personalidades apresentadas conseguiram chegar aonde chegaram, então, eles podem também. As competências de PJ que serão trabalhadas nesse Encontro são as pessoais, sociais, cognitivas e produtivas, movimentando reflexões acerca dos pilares da educação.

Assim, o prescrito no Encontro Educativo pode entrar em conflito com os saberes dos professores de LE, pois esses, além de não controlarem nem a definição

nem a seleção de saberes curriculares e disciplinares – relacionados aos conhecimentos que devem ser transmitidos aos alunos pela instituição e os saberes referentes a disciplina de LE – não controlam nem a seleção dos saberes pedagógicos transmitidos (Tardif, 2014). Em outras palavras, os professores de LE não definem quais metodologias e abordagens podem utilizar em sala durante as aulas de PJ.

Mencionamos, ao longo do trabalho, que as aulas eram cronometradas, tanto em sua totalidade como também em cada atividade e momento proposto no Encontro Educativo. Vejamos, na imagem 7, um exemplo disso:

Imagem 7: Conclusão e tempo estabelecido no Encontro Educativo



CONCLUSÃO E DESAFIO PROTAGONISTA

5 minutos

Propomos concluir o Encontro Educativo 1, convidando os estudantes a evidenciar de forma oral, se ele já se reconhece enquanto Jovem Protagonista, podendo o professor finalizar esse momento proporcionando um debate acerca da temática.

Enquanto desafio Protagonista, o professor deverá desafiar o estudante a apresentar para a turma, na próxima aula, um exemplo de Jovem Protagonista que cada um deles tem como referência em suas vidas.

Encaminhamento: Professor(a), ao finalizar a aula apresente o GPS da disciplina e recomende que o estudante pesquise sobre a temática que será trabalhada no próximo Encontro Educativo.

Vamos à prática!

Fonte: Paraíba (2022, p. 17)

Cada Encontro Educativo possui um tempo padrão de uma aula – 1 hora – por turma durante a semana. Como observamos nas imagens 6 e 7, os momentos são cronometrados e podemos observar essa cronometragem em cada momento da aula ao longo do documento. Tendo em vista que o tempo de ensino não é paralelo ao tempo da aprendizagem (Amigues, 2004), em uma única aula podem ocorrer vários imprevistos que, certamente, irão comprometer o que fora planejado pelo professor. Ressaltamos que o não cumprimento de planos de aula fazem parte da natureza da docência que envolve indivíduos com estratégias e estilos de aprendizagem distintos e os fatores externos (falta de energia na escola, eventos etc.) também influenciam a execução do plano de aula.

Conforme aponta a imagem 7, na conclusão do Encontro Educativo é proposto pelos organizadores do documento, um debate em que os alunos deverão apontar se eles já se consideram jovens protagonistas. Dessa forma, entendemos que os professores devem reservar e administrar o tempo da aula para os debates, e os demais momentos da aula seguindo as orientações, entretanto, o Encontro Educativo não fornece informações sobre o que os professores deverão fazer caso as atividades passem do tempo estimado, pois, como já supracitado, cada dia de aula de PJ há um Encontro Educativo ou de Mentoria para serem aplicados. Portanto, é importante que o professor adequue as prescrições à sua realidade, pois ele pode identificar em qual atividade seus alunos possivelmente irão demorar mais ou em qual momento ele acha mais importante se prolongar. Além disso, como já mencionamos, as turmas não seguem o mesmo ritmo, não assimilam da mesma maneira, tampouco os alunos que são indivíduos singulares. É através da reconfiguração (ou adaptação) dessas prescrições que o professor poderá construir suas próprias maneiras de fazer.

O Encontro Educativo ainda descreve aos professores o que contêm em cada slide disponibilizado pelos elaboradores, dando explicação de cada página do slide do início ao fim. Outro ponto que consideramos importante é que a partir do momento que a SEE-PB junto ao CEEI disponibilizam materiais que exigem equipamentos audiovisuais como datashow ou tv, computador e aparelho de som, acreditam que todas as escolas têm esses equipamentos. Inclusive, cada Encontro Educativo aponta quais materiais o professor deverá utilizar para realizar as aulas.

Os professores em formação, desde a universidade na graduação, nos estágios, nas experiências como professores, discutimos sobre o trabalho do professor e a improvisação em sala de aula (Tardif, 2014), devido às diversas situações que podem ocorrer em sala, pois sempre é necessário termos um “plano b”, caso algo não ocorra conforme o planejado. Nesse caso, se a escola não disponibilizar um datashow ou uma tv, a execução da aula possivelmente estará comprometida, pois essa não foi elaborada pelo professor e, conseqüentemente, como o Encontro Educativo já está “pronto” é só executá-lo.

Os elaboradores da Sequência Didática durante todo o material do Encontro Educativo dá dicas para os professores reforçarem com os alunos quais são as habilidades, pilares e valores que estão sendo trabalhados durante o Encontro, pois essas informações serão necessárias para o preenchimento do Diário de bordo.

Imagem 8: Diário de Bordo

MEU DIÁRIO DE BORDO

PROTAGONISMO JUVENIL

**Encontro Educativo 1:
O QUE É PROTAGONISMO JUVENIL?**

Registrando Conhecimentos:

JUVENIL E A ESCOLA

Fonte: Paraíba (2022, p. 244)

Na finalização do Encontro Educativo 1, o professor entrega os diários de bordo⁶ aos alunos e pede para que eles preencham respondendo às perguntas que cada Encontro propõe, normalmente voltadas para quais conhecimentos, habilidades e valores os alunos adquiriram no Encontro. Dessa forma, como o professor deve mencionar aquelas que foram trabalhadas, cabe aos alunos registrarem-nas e, caso queiram, podem colocar observações e comentários sobre as aulas.

Em suma, reiteramos que prescrever tarefas aos professores nos mínimos detalhes é algo totalmente inexecutável e inviável devido a distância entre a prescrição e o trabalho real (Machado, 2007). Pontuar seus materiais didáticos, seu tempo, seus instrumentos e seus saberes é arriscado, pois, os que prescrevem não conhecem as peculiaridades de cada contexto, de cada escola, tampouco de cada aluno. Como afirma Machado (2007), o trabalho do professor em meio as prescrições pode ser fonte de aprendizagem para novos conhecimentos e desenvolver no professor outras capacidades, ou ser fonte de impedimento para essas aprendizagens, quando os

⁶ O diário de bordo é um dos dois itens de avaliação do componente PJ. Nele os alunos registrarão em cada aula o que ele considera importante, quais habilidades foram contempladas durante os Encontros Educativos. Em cada aula o professor distribui a eles um diário de bordo presente nos anexos do documento Sequências Didáticas para que os alunos façam as anotações.

professores se vêm impedidos de agir, gerando sensações como sofrimento, fadiga, estresse e até desistência do seu agir de ofício (Machado, 2007).

A categoria de professores de LE devido a todo o panorama da língua nas políticas educacionais vigentes – como apontamos na fundamentação teórica deste trabalho –, se encontra em um local muito delicado. A língua é tratada como optativa pela BNCC e, no Estado da Paraíba, é assegurada no EM por uma lei. Esses profissionais se veem, mais uma vez, tendo sua formação desvalorizada, com a diminuição da carga horária de LE, e sendo redirecionada, para uma área a qual não tem a graduação específica e trabalhar conteúdos e temas prescritos por outras instâncias, sem oportunizar ao professor, explicitamente, a possibilidade de (re)criar a partir das prescrições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho revisitou alguns documentos que marcaram a Educação e a formação de professores no Brasil nos últimos anos. Percebemos que os saberes dos professores – curriculares, experienciais, disciplinares e pedagógicos – estiveram sempre em evidência, pois desde a LDB (1996) se menciona que os professores devem fazer relações entre teorias e práticas para atuarem na Educação Básica.

Para também compreendermos de que maneira a Língua Espanhola e os professores de LE foram considerados na Educação Básica, nos voltamos para as políticas públicas que incluíram, mas também excluíram o espanhol do EM em diferentes momentos. Entretanto, no Estado da Paraíba, foi criada uma lei que tornou obrigatório o espanhol no EM favorecendo e fortalecendo o Ensino da língua e os profissionais que à ensinam.

Assim, com o Novo Ensino Médio, os professores de LE se veem diante de uma série de mudanças e exigências com a chegada das ECI e ECIT na Paraíba, que diminuiu a carga horária de componentes da base – como a LE – e inseriu uma base diversificada que deve ser ministrada por professores já lotados nas escolas. É nessa perspectiva de uma nova educação e uma nova juventude que a SEE-PB e a CEEI elaboraram o componente curricular *Protagonismo Juvenil*, que ensina os jovens a serem protagonistas da sua vida, cabendo aos professores seguirem as prescrições das Diretrizes e da Sequências Didáticas para ministrarem as aulas.

Nesse contexto, buscamos como objetivo geral para este Trabalho de Conclusão de Curso *investigar a proposta do componente curricular Protagonismo Juvenil nas Diretrizes das ECI e ECIT do ano de 2023 e nas Sequências Didáticas do componente curricular PJ, a fim de analisarmos suas implicações na formação de professores de Língua Espanhola (LE)*, e como objetivos específicos nos dispomos a *i.) discutir o perfil do professor do componente curricular prescrito nas Diretrizes das ECI e ECIT 2023 e ii.) analisar a Sequência Didática proposta à luz do conceito de prescrição.*

Entendemos na Universidade, durante a graduação em LE que o professor após sua formação, deve estar capacitado para lidar com questões de afetividade, identidade, subjetividade e de formar professores com senso crítico e reflexivo para

atuarem na Educação Básica (UFPB, 2019). Isso significa que durante a graduação vemos transversalmente, nos componentes curriculares, questões que dizem respeito ao protagonismo, entretanto, não o Protagonismo Juvenil como concebido nas Diretrizes e nas Sequências Didáticas. Dessa maneira, as novas prescrições para o Ensino Médio e, em específico, o componente PJ, podem impactar a formação de professores de LE na Paraíba, visto que, enquanto o currículo da graduação prepara o professor de LE para atuar em com o ensino de língua espanhola, o currículo das ECI e ECIT exige deles habilidades sociais e pessoais que estão para além da sua formação.

Neste sentido, após a análise dos documentos, compreendemos que o componente PJ, além de exigir saberes socioemocionais e psicossociais que não vemos de forma explícita e direta nos componentes curriculares durante a graduação, também exclui saberes construídos pelos professores em suas práticas, como os saberes experienciais, por se tratar de um documento prescritivo e procedimental, pois orienta, minuciosamente, todo o trabalho do professor, desconsiderando os saberes que o professor têm sobre seus alunos - e pode construir com eles – e do próprio contexto escolar local.

As prescrições, como mencionado no capítulo de análise, estão presentes desde o objetivo das aulas até as avaliações, apontando o que os professores devem ter em mente quando forem aplicar as aulas e até quais serão suas ações durante os Encontros Educativos. Entendemos que as prescrições fazem parte do trabalho do professor desde muito tempo, porém, essas devem ser reelaboradas pelos professores para fazerem sentido no contexto em que os professores estão inseridos. Posto isso, vemos que se faz necessário dar autonomia aos professores para que eles, ao mobilizarem seus saberes, possam organizar suas práticas de acordo com as necessidades e melhores condições de ensino.

Portanto, é interessante ponderarmos se nossos alunos, a depender do contexto em que estão inseridos, irão de fato desempenhar as habilidades propostas nas aulas de PJ e se estas prescrições servem para todos os contextos e localidades da Paraíba. Pois, sabermos estabelecer uma relação com os alunos é mais importante do que saber estabelecer uma relação com os especialistas Tardif (2014) assim, reforçamos a importância de dar liberdade para o professor, para que a partir de todos

os saberes adquiridos em sua formação, possa, de fato serem os principais responsáveis por suas práticas.

Por fim, acreditamos que incentivar e desenvolver o Protagonismo Juvenil é de extrema importância enquanto professores de Língua Espanhola. Entretanto, consideramos que o *protagonismo* deve ser estimulado transversalmente e indiretamente. O professor de LE pode, realmente, promover espaços nas suas aulas de língua, em que os alunos possam desenvolver-se como protagonistas. Mas, é um ensino que toma a língua espanhola como central. E pode-se ser trabalhados aspectos de afetividade, socialização, interação etc.

As prescrições submetidas aos professores no componente PJ, ficam no nível do que é potencialmente realizável, não garantindo, em nenhum momento que o planejado ou prescrito de fato acontecerá. Tendo em vista que a sala de aula é um ambiente variável – de acordo com os contextos em que a escola, os alunos e os professores estão inseridos – e extremamente dinâmico, onde a todo momento há troca de saberes e informações. Como pesquisador, compreendo que há muito ainda o que discutir, haja vista que os documentos são bem recentes. Como professor, quase licenciado, reconheço os desafios que terei pela frente, mas espero ter a oportunidade de mobilizar os saberes construídos em minha formação.

REFERENCIAS

AMIGUES, René. **Trabalho do Professor e Trabalho Docente**. In: MACHADO, Anna Rachel. O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva. Londrina: Revista da Anpoll, 2004. Cap. 2. 325 p.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Nº 9394/96**. 20 de dezembro de 1996. Congresso nacional, Brasília, 2019. 28 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio: Bases Legais**. Vol. 1, Parte. 1. Brasília, 2000. 109 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Vol. 1, Parte. 2. Brasília, 2000. 71 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Vol. 1. Brasília, 2006. 240 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Plena. **Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**. CNE/CP nº 2, 20 de dezembro de 2019. Brasília, 2019. 20 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dispõe sobre o Ensino de Língua Espanhola: Lei Nº 11.161** de 05 de agosto de 2005. Brasília, 2005. 1 p. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11161.htm. Acesso em: 21 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei do Novo Ensino Médio: Nº 13.415**. 16 de fevereiro de 2017. Congresso nacional, Brasília, 2017. 1 p. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=17/02/2017>. Acesso em: 15 dez. 2023.

GIL. Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª Edição, Editora Atlas. Brasil, 2002. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf . Acesso em: 12 fev. 2024.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais**. RAE Artigos, Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n.3, 1995. 10 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVvYDBgdb/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 12 fev. 2024.

ICE. Instituto de Corresponsabilidade pela Educação. **Livreto Institucional: 3ª edição**. Agosto de 2023, Pernambuco. 16 p. Disponível em: <https://icebrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Livreto-Institucional-ICE.pdf> . Acessado em: 03 abr. 2024.

MACHADO, Anna Rachel. **Por uma concepção ampliada do trabalho do professor**. In: GUIMARÃES, A.M., MACHADO, A.R. E COUTINHO, A.(orgs.). O interacionismo Sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas. Mercado de Letras. 2007. (p.77-97)

MARTÍNEZ MITJÁNS, Albertina. **O que pode fazer o psicólogo na escola?** Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar. 2010. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/6292> . Acesso em: 22 fev. 2024.

MEDRADO. Betânia Passos. **Tornando-se Professor: A Compreensão de Graduandos em Letras sobre a Atividade Educacional**. In: MEDRADO, Betânia Passos, REICHMANN, Carla Lynn, A.(orgs.). **Projetos e Práticas na Formação de Professores de Língua Inglesa**. Editora UFPB, 2017. 245 p. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/105/17/428-1?inline=1> . Acesso em: 15 set. 2023.

OLIVEIRA. Maxwell Ferreira. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração**. UFG, Compilado de Textos de Metodologia Científica. Goiás, 2011. 73 p. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf . Acesso em: 15 fev. 2024.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba. **Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Projeto de Lei Nº 1.509/2017 – Parecer Nº 1879/2018**. 30 de maio de 2018. Paraíba, 2017, 5 p. Disponível em: <https://apeepb1.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/01/20636.pdf> . Acesso em: 02 abr. 2024.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação da Paraíba. **Currículo do Novo Ensino Médio da Paraíba**. Governo da Paraíba. 2023, Paraíba. 867 p. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/arquivos/pdfs/PropostaCurricularDoEnsinoMdiodaParabaPCEMPB23.pdf> . Acesso em: 15 mar. 2024.

PARAÍBA. Secretaria de Educação do Estado da Paraíba. **Diretrizes Para o Funcionamento das Escolas Cidadãs Integrais, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas e Escolas Cidadãs Socioeducativas da Paraíba**. Comissão Executiva de Educação Integral (org.). Paraíba, 2023. 164 p. Disponibilizado: por professores da rede estadual de ensino. Acesso em: 28 jun. 2023.

PARAÍBA. Secretaria de Educação do Estado da Paraíba. **Sequências Didáticas do Componente Curricular Protagonismo Juvenil para a 1ª Série do Ensino Médio: Da Heteronomia à Autonomia**. Comissão Executiva de Educação Integral (org.). Paraíba, 2022. 292 p. Disponibilizado: por professores da rede estadual de ensino. Acesso em: 15 dez. 2023.

SALES, Quênia Côrtes dos Santos. **O ensino da língua espanhola no Brasil: um olhar para aspectos da constituição identitária do professor de espanhol**. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Letras e Artes) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/15337/1/Quenia.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SALVADOR, A. C. O.; SANTOS, L. V. **O Ensino de Espanhol na Educação Básica Brasileira: Uma Retrospectiva Histórica**. Artigo, UFRN, Rio Grande do Norte, 2008. 12 p. Disponível em: <https://www.cchla.ufrn.br/humanidades/ARTIGOS/GT38/O%20ENSINO%20DE%20ESPANHOL%20NA%20EDUCACAO%20BASICA%20BRASILEIRA%20UMA%20RETROSPECTIVA%20HISTORICA.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SEE. Secretaria de Educação do Estado. **Normas e Procedimentos para a Lotação de Professores nos Estabelecimento de Ensino da Rede Estadual da Paraíba**. Portaria Nº 032/2024/SEE. Governo da Paraíba, 2024. 31 p. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-da-educacao/consultas/portaria-de-lotacao-1.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2024.

SEE. Secretaria de Educação do Estado. **Matriz das Escolas Cidadãs Integrais no Ensino Médio**. 2024. 1 p. Disponibilizado: por professores da rede estadual de ensino. Acesso em: 15 mar. 2023.

TARDIF, Maurice. **O Saber dos Professores em seu Trabalho. Saberes Docentes e Formação Profissional**. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. Cap. 1. 328 p.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. **Projeto Político Pedagógico do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes**. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução Nº 07/2019, Campus I, João Pessoa, 2019. P. 27. Disponível em: https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/202025019142da2141321fb6b2ce4d82d/Resoluo_N_072019_Letras_Espanhol.pdf. Acesso em: 29 mar. 2024.

ANEXOS

ANEXO I - Metodologias de Êxito nas Diretrizes Operacionais

DIRETRIZES 2023

METODOLOGIAS DE ÊXITO

As Metodologias de Êxito são os componentes curriculares que estão inseridos na Parte Diversificada do Currículo. Tais metodologias precisam ser o fio condutor entre as práticas sociais e o mundo acadêmico, considerando o plano de ação da escola, de modo a contribuir, maximizar e diversificar as experiências e os conhecimentos dos(as) nossos(as) estudantes.

Desse modo, para garantir a eficiência da execução das Metodologias de Êxito nos espaços escolares, é necessário “lançar mão” de práticas pedagógicas que levam em consideração a experimentação de atividades contextualizadas e significativas, nas mais distintas áreas, para os(as) estudantes. Em outras palavras, as metodologias de êxito nos convidam a repensar:

- O que vamos ensinar?
- Como vamos ensinar?
- Como conduzir os processos de ensino e de aprendizagem a fim de contribuir com a formação protagonista de nossos(as) discentes?

Além disso, é de suma importância que

as Metodologias de Êxito estejam bem articuladas às temáticas e aos conteúdos das áreas e dos componentes da BNCC, levando em consideração o Plano de Ação da Escola, com foco nos objetivos a serem alcançados.

Para que essa articulação aconteça, o Modelo Pedagógico e o Modelo de Gestão precisam caminhar lado a lado, traçando as metas a serem atingidas e o modo como cada uma das Metodologias de Êxito contribuirá com o sucesso da escola.

As Metodologias de Êxito são divididas em categorias: Projeto de Vida, Pré-Médio, Pós-Médio, Propulsão, Eletivas, Protagonismo Juvenil, Estudo Orientado, Avaliação Semanal e Práticas Experimentais.

3.1 Projeto de Vida

O Projeto de Vida é a Metodologia de Êxito que se traduz na centralidade do modelo de Escola Cidadã Integral, que objetiva refletir as múltiplas dimensões da identidade dos(as) jovens ainda em formação. Assim, as aulas de Projeto de Vida não se referem apenas a um projeto de carreira voltado, exclusivamente, para

apoiar os(as) estudantes para realização do seu Projeto Escolar, o desenvolvimento do Projeto de Vida na escola deve seguir fielmente todas as orientações específicas deste componente curricular. O(A) professor(a) de Projeto de Vida deve acompanhar as ações dos protagonistas no acolhimento inicial, recolher os produtos gerados, à saber: escada dos sonhos e carta do futuro (para a cápsula do tempo), acompanhando e monitorando todo o processo a fim de prover condições para desenvolvimento de competências dos(as) estudantes, que permitirão atravessar e atuar frente aos desafios que encontrarão no caminho para consolidação de um projeto para a sua vida.

O Projeto de Vida do(a) estudante é o coração da escola. Apesar de existir uma metodologia específica do currículo, toda equipe escolar deve acompanhar e se envolver em suas ações, inclusive, acompanhar o GPS de Projeto de Vida, articulando as temáticas aos componentes curriculares que ministram. Nas ECITs não é diferente, essa articulação também deve acontecer, de modo que os(as) estudantes visualizem isto na prática dos educadores(as), e se sintam apoiados, motivados e capazes de construir um projeto que crie expectativas para o futuro.

IMPORTANTE! Os(As) estudantes que realizaram matrícula após o acolhimento inicial, o(a) professor(a) de Projeto de

Vida deve realizar o processo em sala de aula, de modo que esse(a) estudante também passe pelo mesmo processo que os demais. Esse monitoramento é imprescindível, e deve ser rigorosamente acompanhado, e culminado na abertura da cápsula do tempo ao final do ano letivo.

3.2 Protagonismo Juvenil

Nas nossas ECIs e ECITs encontramos várias expressões do protagonismo, que foram impulsionadas com a criação de espaços e condições de participação dos(as) estudantes, como: Liderança de Turma, Grêmios Estudantis, Clubes de Protagonismo, Monitoria, Acolhimentos, entre outras ações.

Diante de um processo de avaliação do protagonismo, tendo em vista as necessidades de nossos jovens, alinhadas aos princípios, premissas e práticas da Escola Cidadã Integral e frente a implantação do novo ensino médio, foi pensado na implementação de um componente curricular da parte diversificada, que apoiasse os(as) jovens estudantes na fase de sua travessia entre a heteronomia da infância e adolescência, até a autonomia da vida adulta, atuando em nossas ações estudantis, fortalecendo os processos de desenvolvimento do protagonismo autêntico por meio do acompanhamento do professor.

O componente curricular “Protagonismo Juvenil: da heteronomia à autonomia” - gentilmente abreviada por “PJ” - surgiu como mais um espaço na Escola Cidadã Integral para que os(as) jovens possam desenvolver suas habilidades alinhadas às 10 competências gerais da BNCC. Os(as) estudantes serão acompanhados pelos(as) professores(as) em Encontros Educativos e nos Encontros de Mentoria, com reflexões sobre inúmeras temáticas relevantes para a discussão atual do cenário local e global, contribuindo para sua formação pessoal, social e produtiva.

A implantação da disciplina está dividida em três fases:

- Na 1ª fase, o componente curricular foi inserido nas escolas cidadãs integrais e técnicas, no ano de 2022, para as turmas da 1ª série do ensino médio;
- A segunda fase da implantação ocorrerá no presente ano de 2023, com a inserção do componente para as turmas da 1ª e 2ª séries das ECI e ECITS, e para algumas turmas das escolas socioeducativas;
- Por fim, no ano de 2024 ocorrerá a conclusão da 3ª fase da implantação, com a inserção do componente nas turmas do 1ª, 2ª e 3ª série do ensino médio das ECI e ECITS.

3.2.1 Distribuição das aulas de PJ

Nas ECI e ECITS, a disciplina contará com 1h/aula semanal por turma. Dessa forma, recomenda-se que cada professor(a) de Protagonismo Juvenil assumam no máximo 5 turmas por série, ou seja, a partir de 6 turmas em cada série, se faz necessário 2 professores, de forma que as turmas sejam distribuídas de maneira proporcional.

Nas escolas onde o somatório de turmas da 1ª e 2ª série não ultrapassem o total de 10 turmas, é possível manter o(a) mesmo(a) professor(a) de PJ para as duas séries, no intuito de maximizar a apropriação dos(a) professores(as) em relação aos materiais desse componente curricular.

Para realizar a distribuição da disciplina junto aos professores, é necessário que o gestor observe as restrições no que diz respeito ao acúmulo de disciplinas, de forma que os(as) professores de PJ não devem:

- Acumular Protagonismo Juvenil com Projeto de Vida;
- Acumular Protagonismo Juvenil com Colabore e Inove;
- Ser professor(a) da Base Técnica T(20).

3.2.2 Perfil do professor(a) de Protagonismo Juvenil

Sobre o perfil do(a) professor(a) de PJ, é importante que a gestão faça a distribuição do componente, atentando para os seguintes critérios:

- Espírito juvenil;
- Atenção às questões das gerações juvenis da contemporaneidade;
- Domínio de ferramentas audiovisuais básicas;
- Proatividade;
- Apreço por causas sociais;
- Abertura para o novo;
- Criatividade e capacidade de inovação.

Além dessas características, os(as) professores(as) devem participar das formações ofertadas pela Coordenação de Protagonismo Juvenil da GEEI/SEE, para fortalecer sua apropriação sobre os materiais de PJ. Cabe ao Coordenador Pedagógico garantir o monitoramento e alinhamento das ações do Componente Protagonismo Juvenil na escola, mantendo a equipe escolar informada sobre a movimentação dos indicadores de Protagonismo

Juvenil, que estiverem presentes no Plano de Ação da Escola, e alinhada sobre ações de PJ.

3.2.2 Avaliação de PJ

O componente curricular Protagonismo Juvenil: da heteronomia à autonomia, conta com um instrumento de avaliação denominado "avaliação em foco". Nesse instrumento, o professor transforma os CONCEITOS da autoavaliação realizada pelos estudantes em notas que devem ser registradas no boletim do(a) estudante. Esse instrumento, bem como seu passo a passo estão contidos nas sequências didáticas de PJ, cabendo aos professores(as) observar as instruções e executá-las. Outra observação importante, é que por se tratar de um componente da Parte Diversificada, não há retenção de estudantes por nota em Protagonismo Juvenil.

3.3 Tutoria

A Tutoria visa a promover a interação, por meio da qual uma pessoa dá apoio a outra para tornar possível que ela se desenvolva e ponha em ação algum direito, dever, conhecimento, competência ou habilidade. Trata-se de uma das práticas que fortalecem a Pedagogia da Presença nas escolas, e dela devem participar os(as) professores(as) e a gestão escolar,

ANEXO II - Encontro Educativo 1 -Componente Curricular Protagonismo Juvenil

**SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS
DO COMPONENTE
CURRICULAR**
Para a 1ª Série do Ensino Médio

1ª Edição
Ano 2022



| DA HETERONOMIA À AUTONOMIA |



ESCOLA
CIDADÃ INTEGRAL

SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO E
DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Somos todos
PARAÍBA
Governos do Estado



ENCONTRO EDUCATIVO 1: O QUE É PROTAGONISMO JUVENIL?

Olá, professor (a)!

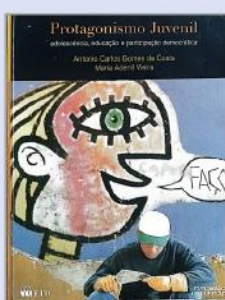
A pergunta o que é Protagonismo Juvenil, geralmente é a 1ª indagação que realizamos ao nos depararmos pela primeira vez com o termo, tendo em vista que essa discussão tomou corpo no início do século, sendo o professor Antônio Carlos Gomes da Costa o precursor de vários conceitos e temas que não são inerentes ao Protagonismo Juvenil.

Com a expansão do modelo de educação integral, cujo currículo e tempo são articulados para proporcionar a formação integral do Jovem, o protagonismo começou a vigorar como prática, princípio e premissa dessa modalidade de ensino, almejando que o jovem possa adquirir as ferramentas necessárias para se tornar o protagonista daquelas ações, movimentos e atitudes das quais se propõe a executar.

Atuar em ações de protagonismo, ser protagonista, vai um pouco mais além do que simplesmente dizer: - eu faço! É também se envolver na causa, sonhar com os resultados daquele objetivo e traçar metas, estratégias e caminhos. É atuar ativamente nos problemas sociais, ambientais e de toda a natureza que permeiam a existência humana. Foi protagonizando momentos, situações, sonhando e realizando sonhos que a humanidade chegou até aqui, e como vamos chegar adiante?

Assim, é necessário, a priori, comunicar os nossos jovens sobre a importância da sua atuação para com o mundo e seus inúmeros problemas e oportunidades. Protagonizar é um convite para experimentar a vida como ela é na dimensão da vida pública, daí a importância de agarrar as oportunidades, de errar e aprender com os erros e de lutar por suas causas.

MATERIAL DE APOIO AO(A) PROFESSOR(A):



- Pasta do Encontro Educativo 1:**
 Clique e acesse:
https://drive.google.com/drive/folders/1SSvMaJoBa-QaifaQaB-Ukge9X9MXc_Vg?usp=sharing
- Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática**
 Clique e acesse o livro recomendado:
<https://drive.google.com/file/d/1OI1I6dto35wCv2ZIGLNkO-W32B1fw4IJ/view?usp=sharing>

Então, vamos ao objetivo e proposta deste encontro?

Objetivo e Proposta do encontro:

O primeiro Encontro Educativo tem como objetivo principal apresentar aos Jovens Estudantes o que é O Protagonismo Juvenil e como ele já faz parte desse movimento, tendo em vista que todos somos protagonistas de nossas histórias, capaz de modificarmos os espaços a nossa volta e impactar positivamente as pessoas.

Propomos neste encontro sensibilizar o estudante quanto a importância da sua atuação protagonista, trazendo algumas referências de Jovens Protagonistas Locais e Globais que atuam em vários espaços da sociedade, ajudando a modificar as estruturas sociais e influenciando opiniões e decisões de inúmeras pessoas de todo o mundo.

Este encontro é uma semente de esperança e de motivação a ser plantada no coração do Jovem Protagonista para que ele inicie o seu processo de despertar para os desafios da atualidade e se colocar como sujeito resolutivo nesse processo.

Duração: 1 hora-aula semanal.

Competências desenvolvidas: Pessoal; Social; Cognitiva e Produtiva.

Pilares da Educação movimentados: Ser; Conviver; Aprender e Fazer.



DICA!

Professor(a), torna-se essencial a apresentação das habilidades e competências (cognitivas e socioemocionais), valores trabalhados, como também os pilares da educação movimentados, apresentados em cada Encontro Educativo, proporcionando aos estudantes conhecimento significativo acerca das oficinas que serão realizadas, bem como possibilitará ao mesmo uma base para o preenchimento do seu Diário de Bordo.



Oficina 1: O que é Protagonismo Juvenil?

Desenvolvimento:

Acessar o slide do link de material de apoio para a condução do Encontro Educativo.

SLIDES 1 e 2: Capa e apresentação dos dados gerais da aula.

SLIDE 3: O que é protagonismo? (É importante questionar os estudantes acerca desse termo, e pedir que eles possam realizar uma definição, dando assim informações preciosas para o debate).

SLIDE 4: Vídeo com um resumo sobre o que é protagonismo.

SLIDES 5, 6, 7 e 8: Questionar os estudantes se aquelas ações são de protagonismo. (O slide 8 traz um jovem pichando um muro, isso pode parecer que não é protagonismo, é, mas essa ação entra em uma categoria de protagonismo deturpado onde os Jovens usam meios ilícitos para expressar sua indignação com algo, como depredação e pichação em locais não liberados, é importante que os estudantes entendam que há muitas formas de se expressar, mais algumas beiram o extremismo).

SLIDE 9: Etimologia da palavra Protagonismo. (É importante ressaltar que o Protagonismo vai além da etimologia da palavra).

SLIDE 10: Meme da Nazaré.

SLIDE 11: Uma definição de protagonismo. (Quando grifamos “apoiados ou não pelos seus professores” fazemos referência a todas as outras formas de desenvolvimento do protagonismo fora do ambiente de educação formal).

SLIDE 12 e 13: A história do jovem Felipe. (Trazer a história de Felipe para esse momento da aula é essencial para trazer referências para os jovens, mostrando histórias reais da Paraíba para que eles possam se utilizar como referência).

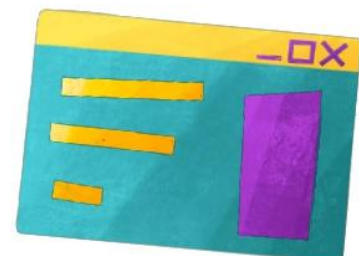
SLIDE 14 e 15: Os Jovens Globais. (Vivemos uma explosão de gerações de Jovens de Influencer por todo o mundo, o jovem se vê referenciado em vários lugares, mas quais são as suas referências atualmente? Talvez contando a história de alguns Jovens Protagonistas que ganharam repercussão eles possam ampliar o seu repertório. É importante que o professor apresente os Jovens do slide 15, e questione a turma se eles conhecem alguns desses personagens, para isso é necessário a pesquisa prévia do professor para também conhecê-los).

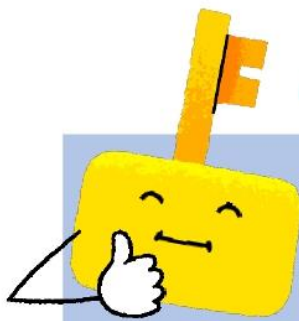
SLIDE 16 e 17: Duas frases para a reflexão da turma. (É importante averiguar se o jovem se reconhece como protagonista).

SLIDE 18: Meme da vida.

SLIDE 19: Fim da exposição dos slides.

Materiais utilizados: PPT; Data Show.





CONCLUSÃO E DESAFIO PROTAGONISTA

5 minutos

Propomos concluir o Encontro Educativo 1, convidando os estudantes a evidenciar de forma oral, se ele já se reconhece enquanto Jovem Protagonista, podendo o professor finalizar esse momento proporcionando um debate acerca da temática.

Enquanto desafio Protagonista, o professor deverá desafiar o estudante a apresentar para a turma, na próxima aula, um exemplo de Jovem Protagonista que cada um deles tem como referência em suas vidas.

Encaminhamento: Professor(a), ao finalizar a aula apresente o GPS da disciplina e recomende que o estudante pesquise sobre a temática que será trabalhada no próximo Encontro Educativo.

Vamos à prática!



REGISTRANDO CONHECIMENTOS

5 minutos

Chegou o momento de preencher o Diário de Bordo!

Após a conclusão acerca da temática trabalhada, faz-se necessário a anotação dos conhecimentos adquiridos, vale ressaltar que esse instrumento servirá de base para a autoavaliação do estudante ao final da unidade. Para isso, os estudantes, enquanto protagonistas, serão instigados a pensar sobre suas aprendizagens, a partir das seguintes perguntas:

- Quais conhecimentos você adquiriu com a abordagem da temática e realização da oficina?
- Você consegue identificar quais foram as habilidades e competências (cognitivas e/ou socioemocionais), apresentadas pelo(a) professor(a), que você desenvolveu/aprimorou através da oficina proposta, bem como qual ou quais Pilares da Educação você movimentou?
- Quais valores foram contemplados?

Encaminhamento: Professor(a), oriente o estudante a preencher o Diário de Bordo que consta em anexo no final deste material.

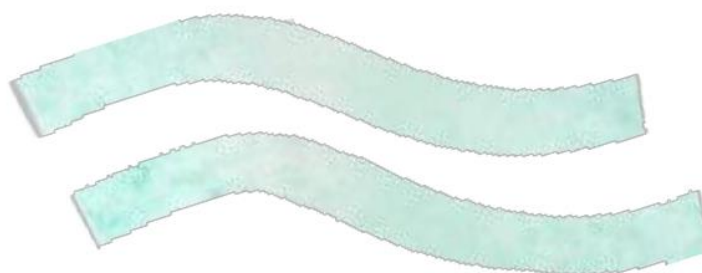


ANEXO III - Avaliação em Foco do Componente Curricular Protagonismo Juvenil

AVALIAÇÃO EM FOCO



**Olá,
Professor!**



Tendo como base a importância da avaliação enquanto processo reflexivo, tanto para o professor, quanto para o estudante, devendo dessa forma ocorrer não apenas em um momento específico, mas, em todo o processo educacional, apresentamos o instrumento intitulado “Avaliação em Foco”, que deverá ser movimentado por você, professor(a) e estudantes, na disciplina de Protagonismo Juvenil.

Diante disso, torna-se fundamental estar aplicando em sua prática educativa a avaliação como um meio que possibilita o crescimento do estudante, levando em consideração o seu Protagonismo, fazendo assim com que os resultados alcançados e dialogados, tornem-se base para a potencialização ou redirecionamento de metodologias de ensino que de fato possam contribuir para a formação dos jovens.

Para tanto, após a conclusão de cada unidade, o presente instrumento será movimentado por você, professor(a), que distribuirá aos estudantes uma ficha de autoavaliação, onde os mesmos farão uma autocrítica a respeito da sua atuação frente às atividades desenvolvidas na respectiva unidade, analisando a progressão e avaliando o seu nível de protagonismo, cujo intuito é possibilitar o acompanhamento e monitoramento detalhado do seu desempenho.

A partir dessa autoavaliação, será feito a ponderação do resultado obtido e a conversão dos conceitos (níveis de protagonismo), elencados pelo(a) estudante, em nota que deverá ser inserida no Sistema Saber. É importante enfatizar que a disciplina de Protagonismo Juvenil, assim como as demais disciplinas da parte diversificada, não permite a retenção do estudante.

Nessa perspectiva, para facilitar a sua compreensão acerca deste instrumento, disponibilizamos em anexo o modelo de uma ficha preenchida que servirá de referência para a autoavaliação do estudante. Vale ressaltar que o instrumento, ou seja, a ficha autoavaliativa, é composta por duas tabelas, onde na tabela 1, o estudante irá analisar de que forma atuou frente às ações, para isso, poderá ter como base a seu Diário de Bordo e na tabela 2 avaliará o seu nível de protagonismo, marcando o seu desempenho conforme a análise da legenda.

Partindo disso, você professor(a), terá como base a autoavaliação exposta no instrumento, isto é, na ficha autoavaliativa de cada estudante para a conversão da nota. Para tanto, levará em consideração o peso/valência de cada nível a partir da legenda disponível em anexos (ver anexo 2). É importante elencar que após a conclusão da avaliação, torna-se necessário devolver a ficha ao estudante com o conceito e nota obtida.

Anexo 1: Modelo da Ficha Autoavaliativa preenchida (estudante)



Disciplina: *Protagonismo Juvenil*

Estudante Protagonista: *Gabriel*

Série/Turma: *1ª Série A*

AVALIAÇÃO EM FOCO:

1ª Unidade | Tema Gerador: *Protagonismo Juvenil e a Escola*

Tabela 1: Níveis de Protagonismo - Legenda

Etapas	Dependência	Colaboração	Autonomia
Interação com as temáticas da unidade	Iniciativa apenas do(a) professor(a)	Interação a partir do estímulo do(a) professor(a)	Interação e participação explícita do estudante
Aprofundamento sobre as temáticas da unidade e articulação com outras disciplinas	Aprofundamento e articulação parte apenas do(a) professor(a)	Aprofundamento e articulação parte do(a) professor(a) e estudante	Iniciativa de aprofundamento e articulação parte do estudante
Realização das atividades e desafios propostos na unidade	Atividades e desafios executados a partir da iniciativa do(a) professor(a)	Atividades e desafios executados pelo(a) estudante com o auxílio do(a) professor	Atividades e desafios executados pelo(a) estudante
Avaliação de conhecimentos/aprendizados adquiridos na unidade	Apenas o(a) professor(a) avalia o estudante	Professor(a) e estudante discutem e avaliam os conhecimentos/aprendizados adquiridos	Estudante avalia os conhecimentos/aprendizados adquiridos
Resultados de ações protagonistas da unidade	Resultados das ações são inteiramente apropriados pelo(a) professor(a)	Professor(a) e estudante compartilham os resultados das ações desenvolvidas	Resultados apropriados pelo estudante

Tabela 2: Níveis de Protagonismo - Autoavaliação

Etapas	Dependência	Colaboração	Autonomia
Interação com as temáticas da unidade	()	(X)	()
Aprofundamento sobre as temáticas da unidade e articulação com outras disciplinas	()	(X)	()
Realização das atividades e desafios propostos na unidade	()	()	(X)
Avaliação de conhecimentos/aprendizados adquiridos na unidade	(X)	()	()
Resultados de ações protagonistas da unidade	()	(X)	()
Total	1	3	1

OBSERVAÇÃO DO(A) PROFESSOR(A):

Nível de Protagonismo alcançado: *Colaboração*

Nota obtida: *8,0*

Assinatura do(a) Professor(a): *Romário*



**Anexo 2: Legenda do peso/valência dos conceitos
para a formação da nota (professor)**



Legenda	
Peso ou valência dos conceitos para a ponderação da nota:	
DEPENDÊNCIA =	Se prevalecer o nível da dependência a nota será 7,0
COLABORAÇÃO =	Se prevalecer o nível da colaboração a nota será 8,0
AUTONOMIA =	Se prevalecer o nível da autonomia a nota será 9,0. Porém, se o(a) estudante obtiver o nível de autonomia em todas as etapas a nota será 10,0.
Em caso de empate, o professor deve considerar sempre o maior nível.	